

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

INICIANDO O DEBATE

A Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e Seu Futuro
Parte I

**Perfil do Economista
Métodos de Ensino
Reforma do Currículo**

Contribuição para os custos de edição: R\$ 2,50

Paulo Henrique de Almeida

Salvador
Novembro de 1996

SUMÁRIO

Apresentação	03
01. Economistas para uma nova economia.....	07
01.1. Os mercados demandam um novo tipo de qualificação.....	11
01.2. O que um economista poderá fazer - em teoria - enquanto economista...	16
02. Revolução tecnológica e novos métodos de ensino.....	24
02.1. A educação permanente: causas e consequências	24
02.2. O impacto das novas técnicas e dos novos equipamentos	28
02.3. Aprender a aprender, aprender a navegar	30
02.4. Avaliar, avaliar e reavaliar	34
03. A questão do currículo.....	35
03.1. Pensemos novos paradigmas para um novo currículo.....	37
03.2. A reforma curricular: dois caminhos possíveis	41
03.3. Propostas concretas para uma formação “generalista”	42
04. Comentários aos textos <i>Economistas para uma nova economia e Revolução tecnológica e novos métodos de ensino</i> (Paulo Balanco)	47

Agradecimentos

Aos Professores André Garcez Ghirardi e Antonio Wilson F. Menezes pelas críticas e sugestões.

Apresentação

O mercado de trabalho está em profunda mudança. O emprego regular, de tempo integral, com salário definido, por um longo período está ficando cada vez mais escasso. Entre os postos de trabalho que mais sofrem os impactos das novas tecnologias, estão os gerentes médios e os profissionais de nível universitário. Entre estes, a situação é mais grave particularmente, para os postos ligados à administração e gestão interna das empresas. O Estado, em crise financeira, incentiva o desemprego e a aposentadoria precoce, sem novas contratações. O fenômeno é internacional e, no caso brasileiro, é agravado pela ausência de políticas de desenvolvimento e tratamento específico da questão do emprego, o que torna a situação muito mais dramática, do ponto de vista social.

Os economistas, entre outras ocupações, estão no centro deste terremoto. O seu mercado de trabalho se restringe ainda mais, especialmente no que se refere àquelas atividades relacionadas com o planejamento macroeconômico, como resultado das contrações de gastos públicos ao nível federal, estadual e municipal. Sem programas de investimento, portanto sem grandes alternativas de longo prazo, o Estado brasileiro concentra-se na administração míope do caixa diário, diminuindo a necessidade de profissionais adequados à análise das conseqüências mais amplas da sua ação sobre o conjunto da economia e da sociedade. No setor privado, os processos de reestruturação produtiva e, de forma especial, os mecanismos de redução de postos hierárquicos e o aumento da intensidade do trabalho dos que restam ocupados, reduzem as possibilidades de emprego assalariado permanente e de tempo integral para os economistas.

Não só há a redução quantitativa da demanda, como mudam os requerimentos profissionais. Respostas rápidas às pressões competitivas, gestão de alternativas financeiras, capacidade de articulação de agentes de mudança, informação mais ampla dos rumos dos negócios, capacidade de absorção de múltiplas informações, possibilidade de descortinamento de vários ângulos dos problemas, percepção das relações entre as estratégias e problemas do presente com a sua história e domínio de técnicas novas de processamento de informação são algumas das novas características exigidas ao profissional de economia.

Além dos movimentos gerais do mercado de trabalho, comuns a muitas profissões, a situação específica do economista também reflete a diluição das fronteiras corporativas, com a crescente presença de administradores e engenheiros, desempenhando papéis que anteriormente eram privativos de economistas.

O olhar sobre o mercado de trabalho é importante, para definir mais claramente as demandas sociais que se colocam hoje sobre o produto da Universidade pública e gratuita, sustentada financeiramente pelo povo brasileiro. Neste quadro, que não é apenas conjuntural, temos que refletir sobre a função da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.

A Direção da FCE pretende, com este texto, dar início a um processo organizado de avaliação destes objetivos estratégicos, para orientar as ações acadêmicas, nos seus aspectos administrativos, didáticos, curriculares e operacionais. Este texto, de autoria do Prof. Paulo Henrique de Almeida, que já segue com uma primeira contraposição do Prof. Paulo Balanco, deverá ser estimulador de contribuições de todos os segmentos da FCE, para alimentar um seminário futuro sobre "Que Economista queremos formar?", a ser realizado no início do próximo ano de 1997.

Nos últimos anos, o Bahia tem oferecido uma média de 710 vagas por ano para novos economistas¹ em todas as suas Universidades e escolas isoladas. A UFBA recebe anualmente 90 novos alunos e tem colocado, no mercado, aproximadamente 45 profissionais. A colocação destes em postos de trabalho é desconhecida, assim como não temos ainda uma definição precisa do perfil deste profissional produzido pela FCE, em comparação com os economistas de outras faculdades do estado. Sabemos dos impactos de nosso Mestrado sobre estas, através da utilização dos nossos mestres e mestrandos como seus docentes, mas não temos estudos comparativos dos fluxos curriculares, conteúdo programático e ênfase profissional dos diversos cursos disponíveis na Bahia. Este seminário deveria se debruçar também sobre este tema.

Se há mudanças no mercado final de destino da produção de nosso curso de graduação, também existem importantes mudanças na demanda por nosso curso. Modificações do perfil etário da população devem impactar a demanda do vestibular, com um ligeiro aumento nos próximos anos, em função de um acelerado aumento da taxa demográfica em torno de 15 anos atrás, mas com uma posterior redução, resultante da transição demográfica que vivemos com a queda da fecundidade, da natalidade e da maior longevidade da nossa população, nesta última década.

Trabalho recente² mostra também um aumento substancial na população alfabetizada na faixa dos 15 a 19 anos e uma redução do analfabetismo na faixa dos 10 a 14 anos, no Estado da Bahia, ao mesmo tempo em que demonstra que há um enorme funil no Segundo Grau, de forma que apenas

¹ Petitinga, L. A. e Vieira, L. M. *Perfil do Ensino Superior na Bahia e as Novas Exigências Sócio-Econômicas*, mimeo., 1996, p. 30.

² Petitinga e Vieira, 1996 p. 13.

2,2% dos alunos do Primeiro Grau chegam ao Terceiro Grau, ao passo que 20,4% dos alunos do Segundo Grau chegam a Universidade³.

Esta mudança da pirâmide etária e do perfil educacional, juntamente com as exigências das novas tecnologias produtivas de educação continuada, abrem enormes possibilidades para um outro tipo de demanda sobre a escola, diferente da procura do jovem vestibulando. Trata-se da demanda das pessoas com mais idade, que pretendem reciclagem contínua, procurando cursos de extensão e de especialização de prazos mais curtos. As relações entre os cursos de graduação, mestrado, extensão e especialização também deveriam ser objeto de avaliação neste seminário.

Da mesma forma que no mercado do produto final - o mercado de trabalho dos economistas - existem mudanças gerais e específicas, na demanda pelo curso de economia também existem alterações peculiares. O nosso curso hoje é um dos menos disputados da UFBA - 3.90 candidatos por vaga no Vestibular de 1997, comparativamente a 9.72 de Contábeis, 12.88 de Administração e 5,28 de Ciências Sociais. Nossa taxa de jubramento foi de 28% dos ingressos, em média por ano, dos alunos que passaram pela Faculdade de 1971 a 1995, enquanto a média de jubramento da universidade era de 25%. Perdemos a atratividade relativa entre os jovens, que em geral tendem a reduzir a demanda pela Universidade via vestibular. Precisamos adotar medidas para enfrentar estas mudanças. Ficar conservadoramente na situação atual é perecer no longo prazo.

É claro que vivemos uma situação difícil para as mudanças necessárias. A universidade pública está financeiramente garroteada pela política oficial, que se descompromete com a qualidade e nos força a disputa por recursos de outras fontes, sem garantir o custeio fundamental, para possibilitar, simultaneamente, a busca de recursos adicionais e a manutenção da liberdade acadêmica. Compete a Universidade também a formação de profissionais que não vão estar nos centros mais dinâmicos do mercado, mas são necessários à sociedade. Mesmo que os mercados para pesquisadores, professores, analistas históricos, críticos da política econômica, assessores sindicais, trabalhadores de Organizações Não Governamentais, de outras entidades da sociedade civil ou filósofos da economia sejam pequenos, precisamos continuar possibilitando a sua existência. A Universidade pública é a única que pode viabilizar a permanência destas ocupações.

Além das ameaças a liberdade acadêmica, pela via do financiamento, vivemos também dificuldades na gestão dos recursos, tanto materiais, como humanos. A mudança da sede da nossa Escola e a reciclagem dos nossos servidores, tanto docentes como técnico - administrativos esbarram em inúmeras resistências. Identificá-las e buscar alternativas devem ser objeto da análise deste seminário.

³ Pettinga e Vieira, 1996 p. 16.

Sem o envolvimento do corpo discente não conseguiremos mudar a Escola. Não basta repensar o currículo, as atividades de pesquisa e extensão, os cursos de reciclagem para dentro e para fora da FCE, o reforço da Biblioteca, a ampliação do uso da informática, a agilização da estrutura burocrática, a busca de novos recursos, o estreitamento de laços com a comunidade externa empresarial, sindical, governamental e popular, se não conseguirmos ter dos nossos estudantes um novo compromisso, uma nova atitude, uma saudável rebeldia contra o estabelecido, o presente, o velho padrão que nossa Escola quer ultrapassar. Este é um seminário que, esperamos, também sirva para isto. Vamos ao trabalho.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Diretor

01. Economistas Para uma Nova Economia

A oferta de empregos para economistas cresce sempre mais lentamente que a oferta de graduados em economia. Mas esta é uma "lei" que não vale apenas para os economistas. A todo momento nos deparamos com protestos - que partem geralmente de associações ou sindicatos de pessoas já graduadas - contra o "excesso" de profissionais nos mercados de várias áreas: da engenharia civil ao direito, da medicina à história. Os protestos têm sempre um mínimo de fundamento. No Brasil do final do século, quatro situações tendem a se apresentar para o cidadão egresso de um curso universitário médio e barato: a) o desemprego; b) a ocupação de um posto que exige apenas o 2º grau (ou apenas o 1º); c) o trabalho numa função de 3º grau, mas em área diferente da que consta em seu diploma; d) a ocupação ou subocupação, como empregado ou autônomo, na própria área de formação. A última alternativa tende a ser, com o passar do tempo, a mais remota.

Um "excesso" de força de trabalho com 3º grau é prejudicial ao País? Para responder a esta questão, deixemos de lado os interesses corporativos implícitos ou explícitos no discurso de entidades e lideranças profissionais.

É possível falar de um "transbordamento" da oferta de mão-de-obra com 2º grau sobre

empregos antes destinados a trabalhadores com 1º grau completo ou incompleto. É a tendência, por exemplo, no caso dos empregados de supermercados e grandes lojas. Do mesmo modo, é também possível que se registre um transbordo da oferta de mão-de-obra universitária sobre certas vagas antes ocupadas por pessoas com 2º grau. No Brasil, ainda como exemplo, a proporção de bancários com graduação, mestrado ou doutorado, era de 28,6%, em 1994; um ano depois, já havia saltado para 34,7%.¹

Esses "transbordamentos" são basicamente o produto de dois fatores.

De um lado, é verdade, há o desemprego provocado pela introdução de novas tecnologias num quadro de crescimento lento da economia. A falta de empregos coloca os portadores de diplomas universitários na disputa por vagas abertas, a princípio, para pessoas com 2º grau. Isto ocorre especialmente quando se trata de concurso para grandes organizações, muitas vezes públicas, onde é possível, por promoção, atingir os postos ou salários compatíveis com o diploma de 3º grau.

Mas, de outro lado, crescem as exigências de qualificação para

¹ As cifras são da Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban. Ver "Perfil do bancário muda com a maior automação", Folha de São Paulo, Caderno Especial "De Olho nos Bancos", 18.08.96, p. 9.

os empregos que não desaparecem e sobretudo para os novos que surgem. Muitas categorias, e é este o caso dos bancários, não somente diminuem de tamanho, mas também se "elitizam". Assim, o que parece somente transbordo é também o resultado de transformações internas nas organizações - automatização, fusões, reengenharia - e da consequente demissão de trabalhadores rotineiros. A categoria dos bancários, sem dúvida, não desaparecerá. Mas o bancário médio do futuro, numericamente menos importante, será mais qualificado e qualificado de outra maneira. Que bancários trabalharão por trás das "páginas" internet de bancos virtuais?

Voltemos à pergunta: um "excesso" de trabalhadores universitários é prejudicial? Interesses corporativos a parte, é preciso lembrar que 4 a 6 anos de educação superior, que se traduzam em melhor comunicação oral e escrita, mais cultura geral e melhor raciocínio lógico e matemático, tendem a melhorar o desempenho do trabalhador em *qualquer* ocupação. O corolário é que a economia nacional se beneficia com a "sobre" ou "supereducação" de trabalhadores intelectuais rotineiros. Isto é verdade mesmo quando o "excesso" de profissionais universitários implica uma certa redução da remuneração média do pessoal de nível superior que, por alguma razão, conseguiu obter espaço nos nichos ocupacionais das profissões regulamentadas. Desnecessário

dizer que do ponto de vista do capital o "excesso" é benéfico também por isto, porque reduz o salário médio de profissionais universitários.

Alguns podem argumentar que essa "superperformance" exige certo desperdício de recursos nacionais, pois uma educação de 3º grau, em teoria dispensável na maioria das ocupações, é sempre mais cara que a formação de 2º grau, suficiente, a princípio, na maioria dos casos. Trata-se de um argumento, é verdade; mas de um argumento pouco sólido.

Primeiro, nós acabamos de lembrar, o incremento da proporção de diplomados com 3º grau no conjunto da força de trabalho tende a aumentar a produtividade média da economia, mesmo se há "subaproveitamento" desta mão-de-obra em ocupações que exigem menor qualificação. Uma parte considerável do custo social gerado pela expansão da oferta de trabalhadores com nível superior tende a ser pago com este ganho de produtividade. Em princípio, como lembra Robert Reich, Secretário do Trabalho do Governo Clinton e especialista no assunto, "uma força de trabalho mais instruída e mais treinada também é capaz de gerar uma taxa mais alta de produtividade - o que em si permite o crescimento mais acelerado e salários maiores, sem

correr o risco de acelerar a inflação".²

Segundo: é preciso perceber que a "superformação" é cada vez mais apenas aparente. A elevação do nível de escolaridade da força de trabalho é consequência e exigência da revolução tecnológica em curso. Na indústria, no *agribusiness* ou nos serviços, as tarefas mais simples tendem a exigir pelo menos 8 anos de formação (1º grau completo). As mesmas inovações tecnológicas tendem a deslocar para cima a escolaridade requerida para funções mais qualificadas, vale dizer, para aquelas que exigem algo mais que o cumprimento das mais simples tarefas rotineiras. Para o caixa do supermercado já se exige o 2º grau, para o bancário do futuro se exigirá - no mínimo - o curso superior.

Notemos, em terceiro lugar, que muitos dos formados no 3º grau conseguem ocupação não como trabalhadores rotineiros, mas enquanto "criadores e manipuladores de símbolos", para seguir a terminologia proposta por Reich.³

² Robert REICH, "As baixas da guerra contra a inflação", *Gazeta Mercantil*, 25/26/27 out. 1996, Caderno Fim de Semana, p. 3.

³ Ver Robert REICH, *The work of nations*, New York: Alfred A. Knopf Inc., 1991. Reich, divide a força de trabalho do futuro em três categorias: trabalhadores rotineiros dos antigos e novos setores tayloristas/fordistas, prestadores de serviços pessoais e manipuladores de símbolos. Para uma crítica inteligente do ponto de vista de Reich, ver Christopher LASCH, *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

Do ponto de vista da evolução da economia como um todo, o fato da maioria dos egressos da maior parte das faculdades encontrar ocupação distinta daquela ostentada no diploma tem importância secundária. Em plena revolução tecnológica, muito mais importante é o impacto positivo sobre a economia nacional do aumento do número total de trabalhadores capazes de operar nos dois (ou com os dois) segmentos realmente dinâmicos da economia de hoje: informação e comunicação.

Finalmente, lembremos que uma proporção significativa dos formados pelo 3º grau tende a se incluir entre os empreendedores, ainda que não obrigatoriamente como empresários. Enquanto inventores, proprietários de pequenos negócios, consultores independentes ou promotores culturais, tais pessoas estão cada vez mais presentes. Na atual economia capitalista, mundial ou brasileira, o fato é parte de um processo mais amplo: o crescimento do peso social dos trabalhadores por conta própria, autônomos ou microempresários, entre os quais tendem a se destacar os portadores de diplomas de nível superior. Também neste caso, são óbvios os impactos positivos sobre a economia, resultantes do melhor potencial empreendedor de pessoas mais cultas.

Nessa direção, é necessário lembrar que o Brasil tem hoje apenas 1% da sua população no

ensino superior, enquanto a Argentina, por exemplo, tem cerca de 10%. Dito de outro modo: o Brasil tem hoje cerca de 1,5 a 1,6 milhão de estudantes universitários, ou seja, apenas 11% da faixa etária que poderia estar matriculada em Universidades. Só para registrar o nosso atraso, lembremos que esta proporção é de 15% no conjunto da América Latina e de 50 a 60% nos Estados Unidos.⁴

Lembremos ainda que o número de matrículas universitárias tem correspondido, nos últimos anos, a cerca de 25% das inscrições para o vestibular. Certo, existem candidatos que se inscrevem em mais de um exame e outros que tentam novos concursos, apesar de já matriculados em algum curso superior. Mesmo assim, uma constatação se impõe: há nítida escassez de vagas em muitos cursos universitários, situação que tende a se agravar uma vez que se prevê forte expansão do ensino médio no País.⁵

Que a FCE-UFBA continue, pois, a formar economistas. Que continue, entretanto, sem ilusões. Na *graduação*, estamos certamente formando na maior parte dos casos economistas para funções que

⁴ Ver Maria H. M. CASTRO, *Avaliação institucional para a autogestão: uma proposta*, Ensaio: Avaliação Pol. Pública Edu, RJ, v. 3, n. 7, p. 157-172, abr-jun 1995, apud Yonne MAGGIE, *Graduação e a pós-graduação nas ciências humanas no Brasil: desafios e perspectivas*, IFCS-UFRJ, CAPES, 1996, texto para discussão.

⁵ Ver *Gazeta Mercantil*, 22/23/24 de março de 1996, Relatório Educação, p. 4.

tangenciam ou que não têm nada a ver com as atividades "típicas" da profissão (ver lista mais adiante).

Há cerca de 20 anos, como lembra Cláudio de Moura Castro, do IPEA, "já se estimava que apenas 2 a 5% dos formados em economia tinham empregos que correspondiam à descrição habitual do que um economista faz".⁶

É possível que ocorra, mesmo para os anos 1990, uma taxa mais elevada entre os formados pela FCE-UFBA. Na Bahia e em Salvador, a FCE ainda é uma Escola de nível melhor que o da concorrência mais imediata. Além disso, é gratuita. É portanto capaz de atrair uma parcela dos melhores candidatos do vestibular e de oferecer aos seus formandos um diploma que os qualifica melhor, inclusive para enfrentar os concorrentes graduados pelas outras faculdades de economia baianas, sejam elas confessionais, privadas ou estaduais. Mas qual é hoje esta nossa taxa "mais elevada"? 10%? 15%?

Há cerca de 15 anos, o Prof. Luiz Alberto Bastos Petitinga defendeu uma dissertação de mestrado intitulada "Avaliação do

⁶ Cláudio de Moura CASTRO, "A Educação Especializada para Empregos Gerais: o Mercado para a Educação Superior no Brasil", *Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 3, Brasília: IPEA, junho de 1990, 125-138. Moura Castro cita seu artigo de 1975, "A Produção de Economistas e o Produto dos Economistas", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 5(2):517-60, dez. 1975.

diferencial de renda entre graduados e pós-graduados em uma população de economistas - o caso dos diplomados da UFBA". Numa amostra de 102 profissionais residentes em Salvador, 69% dos quais *com algum tipo de pós-graduação*, Petitinga encontrou 30 colegas (28%) que se declaravam "fora do exercício profissional". O grupo era formado por empresários, administradores, bancários, analistas de sistemas, contadores e fiscais de tributos. Isto há 15 anos, quando 83% dos economistas da amostra que declararam exercer a profissão, afirmaram *faze-lo no Estado*, em empresas estatais, bancos de desenvolvimento ou Secretarias de Governo. Que quadro tal pesquisa revelaria hoje, quando o Estado além de não mais contratar, demite?⁷

01.1. Os mercados demandam um novo tipo de qualificação

A atual revolução tecnológica viabiliza - sobretudo com a informática e as telecomunicações - novos produtos, novos processos de trabalho e novos ramos de produção. Como resultado das transformações em curso, produzir no final dos anos 1990 implica dispor de um tipo novo de mão-de-obra. De que trabalhador se trata?

⁷ Luiz Alberto Bastos PETITINGA, *Avaliação do diferencial de renda entre graduados e pós-graduados em uma população de economistas - o caso dos diplomados da UFBA*, dissertação de mestrado, Salvador: FCE-UFBA, 1980, fotocopiada.

A polêmica é grande, mas existe algum consenso sobre certos pontos.

É possível reconhecer inicialmente que a tendência secular à desvalorização do trabalho manual/valorização do trabalho intelectual tem se acelerado. No mesmo sentido, também se acelera a desvalorização do trabalho intelectual rotineiro face ao trabalho criativo, inovador ou "manipulador de símbolos", ainda conforme a expressão cunhada por Reich.

Além disso, as novas técnicas de produção, as novas formas organizacionais e as condições do novo mercado de trabalho parecem exigir uma certa "desespecialização" do trabalhador ou, para ser bem mais exato, uma *qualificação polivalente* ou *plurifuncional*.⁸

A procura por essa "qualificação polivalente" é explicada por alguns fatores.

Primeiro: na medida em que aumenta a velocidade do progresso técnico e da difusão das inovações, tornam-se mais rapidamente obsoletas as especializações e os conhecimentos específicos "estocados" individualmente. A solução encontrada pelas empresas (e pelos profissionais que procuram

⁸ Os termos são empregados por Dalila Andrade OLIVEIRA, "A Qualidade Total na Educação: os Critérios da Economia Privada na Gestão da Escola Pública", In: Lúcia BRUNO (org.), *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*, São Paulo: Atlas, 1996.

ser contratados por elas) é a valorização das chamadas *competências duráveis*. Estas se traduzem mais frequentemente em *atitudes* e *posturas* do que em bagagem técnica acumulada. A qualificação polivalente permite ao profissional ter uma transição mais suave na passagem de uma ocupação para outra dentro da mesma empresa, ou mesmo na passagem de um emprego para outro.⁹

Segundo: a revolução microeletrônica-telemática valoriza novas e antigas formas de trabalho - a produção "celular" nas fábricas, mas também o trabalho a domicílio, o trabalho autônomo e as microempresas. É preciso notar que a produção "flexível" (aquela capaz de criar ou atender preferências particulares num mercado onde diminui a standardização e onde se multiplicam os nichos e segmentos) depende de algo mais que a simples introdução de máquinas programáveis.

Do ponto de vista do conjunto da economia, uma produção "flexível", no sentido de adaptada a gostos e padrões "tribalizados", individualizados e rapidamente mutantes no tempo e no espaço, exige também a flexibilidade das próprias condições de inserção do profissional no mercado de trabalho. Para "tribalizar" é necessário uma maior produtividade. Para uma maior produtividade, é preciso: a)

⁹ Ver, por exemplo, "Você vai dar certo?", Exame, 11/09/96, p. 64-72.

enxugar as estruturas organizacionais superdimensionadas vis-à-vis as novas tecnologias; b) em muitos nichos, aproveitar as novas tecnologias para, aparentemente, "voltar" a formas como o *putting-out system* do século XVIII, ao trabalho "autônomo" a domicílio (agora também na versão 3º grau do *home-office*), que combinado com o pagamento por empreitada e outros incentivos, pode levar à maior produtividade.¹⁰

Realcemos ainda uma vez essa associação entre revolução tecnológica e novas/antigas formas de trabalho. É a difusão do corte a *laser* programado por computador, bem como das máquinas de costura elétricas e mesmo eletrônicas, que permite, na indústria de confecções, o retorno ao novo *putting-out system*, com a superexploração do trabalho da família (inclusive infantil) a domicílio. O micro e seus periféricos, associados ao telefone, permitem o escritório doméstico de certos profissionais. O telefone celular dinamiza o mercado de uma infinidade de autônomos:

¹⁰ Utilizamos as expressões "tribalização" e "tribalizar" para chamar a atenção do leitor para a importância crescente das economias de escopo (de variedade) na atual economia capitalista. Do mesmo modo que o *rock* têm se (des)organizado em "tribos", a produção de bens e serviços tem se caracterizado em muitos setores (mas não em todos) por uma segmentação crescente em função de preferências cada vez mais diferenciadas dos consumidores. É o caso evidente da indústria automobilística, ainda que os japoneses já tenham recuado dos seus exageros. Estamos bem distantes dos tempos do Ford modelo T, que podia ser comprado em qualquer cor, desde que fosse preto.

encanadores, mecânicos, corretores de seguros e outros prestadores de serviços pessoais.

O custo social dessa transição é imenso e nós sabemos disso. A FCE é a última Faculdade da UFBA fora do Campus Ondina-Federação-Canela. Na medida em que continua na Praça da Piedade, no centro antigo e decadente de Salvador, é obrigada a vivenciar o dia a dia da terceirização/terciarização *forçadas* de camelôs, biscateiros e esmolés em geral.

Mais é preciso ir além da crítica da "hipertrofia do terciário" e da precarização do trabalho. Queiramos ou não, boa parte da mão-de-obra antes empregada formalmente tem sido voluntária ou compulsoriamente transformada em pequenos negociantes, autônomos, consultores e vários tipos de trabalhadores por conta própria. Este é o mundo real hoje. Este é o mundo para o qual estamos formando economistas. Diante das questões abertas pela atual evolução do mercado de trabalho, temos, enquanto professores da FCE-UFBA, responsabilidades imeditatas para com o futuro de nossos alunos.

Dados do Ministério do Trabalho demonstram que no Brasil dos últimos anos as profissões que mais sofreram com a passagem do trabalho assalariado formal para o trabalho autônomo e informal foram as que exigem diploma universitário. *Destaca-se aí o caso*

*dos economistas - corte de 7.000 vagas no país desde meados de 1994 - e o dos gerentes de empresas (muitas vezes economistas), com 32 mil vagas a menos em todo o Brasil.*¹¹

Mas nós podemos citar indicadores mais recentes e mais próximos. A tabela apresentada no final deste capítulo foi construída a partir de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho) para o período entre janeiro de 1991 e junho de 1996. Ela mostra o número de demissões e de admissões de economistas, contadores e administradores, segundo os diversos setores da economia baiana *formal*.

Os dados falam por si. Salvo certos segmentos do setor serviços, *a imensa maioria dos setores da economia baiana* apresentaram um saldo líquido negativo no emprego de economistas e profissionais assemelhados. É claro que parte deste resultado pode ser explicada pelos efeitos da crise econômica brasileira do início dos anos 1990. Mas há, sem dúvida, muito mais que isto. Em todo o planeta, o *dowsizing* e a reengenharia estão liquidando especialmente com os cargos de chefia intermediária e com os postos não identificados diretamente com a adição de valor à produção.

¹¹ "Com salário menor, jovens ocupam vagas", Folha de São Paulo, 15/09/96, I-10.

O processo é, de fato, internacional. Recentemente, *The Wall Street Journal* publicou um provocante artigo, reproduzido pela Gazeta Mercantil, intitulado "Empresas demitem seus economistas", onde se lê:

"Hoje, [...] eles [os economistas] são vulneráveis. Em muitas empresas reestruturadas, foram considerados gerentes do escalão médio que não produzem produtos nem lucros. Numa série de bancos comerciais, em decorrência de fusões, departamentos econômicos inteiros foram eliminados. Empregos governamentais também parecem instáveis, enquanto a revolução do Partido Republicano atravessa Washington. As empresas européias também estão fazendo cortes: a Société Nationale Elf Aquitaine, a gigante francesa de petróleo e produtos químicos, reduziu sua equipe de economistas de cinco profissionais para dois.

"O mercado para os peritos em previsão econômica 'está horrível', afirma David Cordell, que dirige uma firma de busca de executivos em Nova York especializada em economistas de empresa. 'Os empregos vêm desaparecendo', observa.

"O número de filiados da Associação Nacional de Economistas de Empresa declinou um pouco em cada um dos últimos três anos, para menos de 3,1 mil associados regulares. Além disso, uma recente pesquisa da associação mostrou acentuadas quedas entre 1984 e 1994 de filiados que trabalham em grandes empresas e de filiados mais jovens, e um forte

aumento de consultores, incluindo os autônomos".¹²

A qualificação polivalente prepara melhor para o enfrentamento das novas realidades.

Dito de forma mais direta: a flexibilização e a precarização crescentes do trabalho, acompanhadas que são pelos novos padrões organizacionais fundados na "reestruturação" ou no "dowsizing", tendem a reduzir a oferta do "emprego-carreira". No futuro, como se diz, haverá trabalho mas não emprego. De saída, a sobrevivência no novo mercado passa a depender da capacidade do profissional em se adaptar às mudanças de função ou de ocupação dentro de sua própria empresa. Mas o desafio é ainda maior: é necessário estar preparado para as mais que prováveis mudanças de ramo.¹³

Digamos de passagem, que é possível que exista um outro lado

¹² "Empresas demitem seus economistas", *Gazeta Mercantil*, 20/21/22 out. de 1995, Caderno Fim de Semana, p. 03.

¹³ Esta é uma visão *otimista* do processo, que identifica uma transição do antigo emprego-carreira para o emprego autônomo, temporário ou mesmo *just-in-time*. Alguns pesquisadores, entretanto, têm um ponto de vista bem mais pessimista. Apostam numa redução absoluta do número total de empregos em todos os setores da economia, o que tornaria ineficiente até mesmo as formações mais polivalentes, pelo menos na ausência de medidas mais drásticas como a redução da jornada de trabalho. Ver, por exemplo, Jeremy RIFKIN, *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*, São Paulo: Makron Books, 1995.

da moeda: os problemas quase sempre pressupõem suas soluções. O processo de transformação do trabalho é frequentemente validado pelas mudanças em curso na natureza da própria produção capitalista. Assim, por exemplo, as novas tecnologias (radiotelefonia, microcomputadores e impressoras, modems, faxes etc.) abrem espaço para pequenos negócios, escritórios domésticos, atividades autônomas de modo geral. Paralelamente, na medida em que se passa de uma economia industrial taylorista-fordista para uma economia de informação e conhecimento, cresce a importância do *know-how* das pessoas em relação ao capital fixo. Ora, principalmente em se tratando de quadros *white-collar*, o conhecimento reside muito mais nos cérebros do que nas instalações, nos equipamentos e nas rotinas cristalizadas das organizações. O que implica dizer que o novo trabalhador *white-collar* pode, em teoria, encarar o desemprego com um pouco mais de flexibilidade do que seu antepassado *blue-collar*, inculto, iletrado e especializado em tarefas rotineiras. É este conhecimento "pessoal" que muitos profissionais universitários, vítimas do desemprego, tendem a utilizar para trabalhar por conta própria, inclusive com a implantação de novos empreendimentos.¹⁴

¹⁴ Sobre este ponto, ver Stan DAVIS e Jim BOTKIN, *O monstro embaixo da cama: o modo mais eficaz das empresas venderem seus conhecimentos*, São Paulo: Futura, 1996, p. 125-8.

Mas voltemos ao eixo. Falamos em *competências duráveis*, é hora de insistir no tema.

A presente revolução tecnológica viabiliza a introdução de processos de trabalho mais integrados e mais flexíveis, bem como de novas formas de organização sistêmica da produção, que tendem a exigir da força de trabalho certas qualidades antes relegadas a um segundo plano. De modo geral, cresce a demanda por *competências sociais*, para usar o termo consagrado pelo sistema educacional alemão; o que significa, mais concretamente, atributos do tipo facilidade de comunicação, de compreensão de textos e de raciocínio abstrato.¹⁵

É possível detalhar um pouco mais a listagem dessas "competências sociais", de modo a tentar esboçar o perfil ideal de um profissional de nível superior, preparado para ocupar postos intermediários ou de direção em organizações privadas ou estatais. Tentemos. Organizações que empregam as novas tecnologias intensivas em conhecimento para produzir segundo processos integrados e flexíveis, estariam hoje, a princípio, interessadas em atributos como:

¹⁵ Ver Lúcia BRUNO, *op. cit.*. Sobre este ponto, Bruno faz referência direta ao texto de Werner MARKET "Novas tecnologias e formação profissional: o sistema dual de formação profissional na Alemanha", em Werner MARKET (org.), *Teorias da educação de iluminismo: conceitos de trabalho e de sujeito*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

- ética e integridade; consciência não somente das responsabilidades para com a organização onde se está empregado, mas também para com a sociedade em geral;
- cultura geral; formação generalista na graduação, que garanta a flexibilidade funcional; consciência da necessidade da autoformação permanente;
- grande capacidade de iniciativa; espírito inovador e criativo;
- visão de futuro; capacidade de planejamento; capacidade de tomar decisões e de se antecipar a desajustes operacionais;
- adaptabilidade ao trabalho em equipe; habilidade em negociações, capacidade de liderança;
- facilidade de comunicação (oral, escrita, telemática); domínio de mais de uma língua estrangeira;
- capacidade de compreensão de textos e de manuais de instrução em várias mídias;
- boa base matemática, raciocínio lógico e simbólico, capacidade de abstração;
- capacidade de visão de conjunto, sistêmica.

Competências duráveis e competências sociais são, como se vê, conceitos muito próximos.

Resumamos. O novo perfil do profissional ideal tem como base uma redefinição do conceito de "qualificação". A idéia central é a seguinte: numa economia de conhecimento e de produção automatizada, a "qualificação" tende a se traduzir *menos* como "estoque de conhecimentos/habilidades" imediatos, e *mais* como capacidade de agir e decidir frente a situações inusitadas, de resolver problemas, de propor inovações e de criar. Certas tendências da organização da produção e da gestão, como a produção flexível, o "empowerment" ou a delegação de responsabilidades, reforçam o papel deste novo trabalhador "intelectual".

De que maneira e em que direção o ensino e o aprendizado de economia precisam se transformar para atender às novas demandas? É o ponto que começaremos a discutir no item seguinte. Por enquanto tentemos responder, superficialmente que seja, à questão: onde poderá trabalhar o futuro economista?

01.2. O que um economista poderá fazer - em teoria - enquanto economista

As atribuições tradicionais são mais ou menos as seguintes:

- Realizar planos, estudos, análises e previsões de natureza econômica, financeira e administrativa;

- Elaborar projetos microeconômicos nos setores privado ou estatal;
- Estruturar, reestruturar e administrar organizações e sistemas operacionais nos diversos setores da economia;
- Realizar pesquisas e análises de mercado; identificar oportunidades de negócios e investimentos;
- Planejar, organizar e controlar orçamentos e fluxos financeiros, tanto no setor privado, quanto no Estado;
- Organizar bancos de dados e centros de informação econômico-social, para apoiar decisões táticas e estratégicas no âmbito da empresa privada ou do setor estatal;
- Lecionar economia, história econômica, geografia econômica, matemática financeira e outras matérias afins.

Na medida em que a economia se desregulamente e que desapareçam determinadas barreiras à entrada corporativas, novos economistas podem avançar, mais do que já fazem, sobre os nichos a princípio reservados a administradores, contadores, programadores, jornalistas e outros profissionais. Além disso, novos mercados para economistas têm surgido e se desenvolvido mesmo em ramos tradicionais da economia, como resultado da revolução

tecnológica, da globalização, da redefinição do papel do Estado, da explosão do chamado "terceiro setor" ou ainda do avanço da consciência ecológica.¹⁶

Levando em conta esses fatores, uma visão mais setorializada de alguns dos possíveis campos de atuação para os economistas poderia ser esboçada como se segue.

Agronegócios. Há o mercado tradicional de desenvolvimento de projetos agropecuários ou agro-industriais, de administração de empreendimentos já existentes e de consultorias em associação com agrônomos, veterinários e engenheiros agrícolas ou florestais. Há, como sempre, os estudos de mercado para novos e antigos produtos. Uma atenção especial cabe à provável expansão da produção de certos alimentos. Mais importante entretanto é a progressiva industrialização/terciarização do setor. Por "agronegócios" se entende hoje um conjunto de atividades industriais e de serviços, sob muitos pontos de vista mais urbanas que propriamente rurais. Certamente haverá algum espaço para economistas também nas organizações de distribuição, nas cooperativas, nos centros de pesquisa e

¹⁶ O chamado "terceiro setor" compreende parte dos setores "sociais" da economia: fundações, instituições religiosas, entidades culturais, sindicatos, partidos, movimentos culturais etc. Por exclusão, o que não se encontra nos espaços ocupados pelo Estado ou pela empresa privada.

assistência técnica, nas organizações que operam com crédito rural, nos bancos de dados oficiais e privados, nas bolsas de mercadorias, nas entidades sindicais etc.

Comércio Exterior.

Desnecessário explicar o porquê. Globalização, abertura da economia e coisas assim. Nesta área, as atribuições tradicionais dos economistas são a preparação e divulgação de dados de balanço, os estudos de mercado para importação ou exportação e as análises comparativas de políticas comerciais, inclusive alfandegária e normativa, no plano internacional. Mas economistas capacitados por ensino, estágio e treinamento podem também ter acesso ao mercado formado pelas empresas do setor: *trading companies*, companhias de seguros, empresas de transporte, administração portuária etc.

Comércio Varejista. O setor conhece uma revolução técnico-organizacional, marcada pela crise das grandes lojas de departamento e redes de supermercado e, no Brasil, pela expansão dos shopping-centers, do *franchising*, do pequeno comércio de quarteirão e das grandes redes de desconto. É verdade que o emprego no comércio tradicional tende a declinar com a automatização, a terceirização e as novas técnicas de gerência; grandes perspectivas se abrem a médio prazo para atividades relacionadas ao comércio "virtual": compras por telefone, pela TV mais telefone, pela TV a cabo

interativa e pela internet. Mas o espaço para as pequenas e micro empresas, independentes ou subordinadas às redes de *franchising* tende a aumentar. Resulta do incremento da renda pessoal e da melhoria das condições de vida (ou de bem-estar). É a flexibilização da produção vista de outro ângulo.

Contabilidade. Existem, é claro, economistas-contadores e vice-versa. Um mercado tradicional para economistas têm sido o constituído por grandes firmas de auditoria. Mas o que é necessário destacar aqui é outra coisa. O uso da informática associado às novas teorias contábeis tem redefinido o papel da contabilidade dentro das empresas públicas e privadas. O computador, na medida em que permite o acompanhamento *on line* dos dados contábeis, torna a contabilidade uma ferramenta muito mais poderosa para a administração das organizações. Este fato tem implicações importantes sobre a atuação dos quadros de gerência e direção, inclusive, eventualmente, para economistas com boa formação nas áreas de ciências contábeis e informática.¹⁷

Educação. Neste caso, o campo tradicional, pelo menos para uma pequena parcela de economistas, tem sido o do ensino universitário. Para os interessados, vale lembrar que o magistério universitário exigirá futuramente

¹⁷ Sobre este ponto ver, por exemplo, Peter DRUCKER, "Os novos desafios dos administradores", *Gazeta Mercantil*, Relatório Especial, 11/09/95.

mais que o mestrado, exigirá o doutorado. Mas as oportunidades na área são inúmeras e crescentes, haja vista que nas suas definições mais abrangentes, o ensino e a aprendizagem conhecem hoje uma acelerada expansão. Dois ramos devem interessar particularmente os futuros economistas: a) o de treinamento e cursos de especialização, cuja demanda é reforçada pela necessidade da formação permanente; b) o de educação "industrializada", cristalizada em produtos destinados ao aprendizado - além do clássico mercado de publicações didáticas ou técnico-científicas continuar em rápido crescimento, existem as imensas possibilidades abertas pelas novas mídias: vídeo, cd-rom interativos, softwares tutoriais etc.

Economia Regional e Urbana. O importante é perceber que estamos vivendo um grande *reordenamento do espaço*, que é imposto pela globalização.¹⁸ Mas este reordenamento não se faz apenas no sentido da contestação das fronteiras nacionais. Ele também implica, dialeticamente, a revalorização dos espaços regionais, metropolitanos, urbanos e comunitários. Três exemplos para ilustrar. Primeiro: a Espanha se integrou à Comunidade Européia no

mesmo processo em que garantiu maior autonomia para as regiões antes dominadas autoritariamente por Madri (Catalunha, País Basco etc.). Segundo: a globalização, como se vê em Salvador, abre novas perspectivas para as relações internacionais, econômicas ou culturais, das grandes cidades. Terceiro: notemos que a entrada de uma empresa como a MTV no mercado nacional não significa apenas maior penetração do *rock* ou do *blues*; a MTV também abre novo mercado para a MPB, inclusive em suas expressões regionais (o mercado das ondas em UHF *até então inexplorado*). Tudo isso nos leva a uma mesma conclusão: o campo da economia regional, urbana e comunitária - diagnósticos de problemas econômicos urbanos, gestão de organizações de desenvolvimento regional, assessoria a ONGs, execução de programas de cooperação internacional etc. - tende a se expandir.

Energia e Infra-estrutura. No mundo todo, mesmo na Europa ou nos Estados Unidos, é urgente a reparação e modernização da infraestrutura básica da economia, sobretudo na área de transportes e telecomunicações. Desnecessário lembrar que no Brasil as carências são muito mais graves. A redução do emprego público nestas áreas será compensado, pelo menos em parte, pela multiplicação das empresas privadas, das concessionárias etc. Atenção especial deve ser dada aos campos de ocupação abertos pelas

¹⁸ Estamos seguindo a argumentação de Ladislav DOWBOR, "Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços", *Pesquisa & Debate*, vol. 7, nº 1 (8), São Paulo: PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração, 1996.

tecnologias que podem definir novos processos e produtos: indústria nuclear, fotoeletricidade, supercondutores, fibras óticas, satélites especializados etc. Nesta mesma área, existe ainda uma importante demanda potencial para especialistas capacitados em *regulação* de concessões em setores como energia, transportes e saneamento.

Finanças Públicas. Ainda que o Estado diminua de tamanho - tendência aliás bastante discutível - o papel do economista especializado em finanças públicas só pode se reforçar. Isto decorre de pelo menos três fatores. Primeiro, como já vimos, da revalorização do espaço regional e municipal. Note-se, neste caso, que atenção especial deve ser dada às finanças municipais, cujo peso tende a ser proporcional ao grau de desenvolvimento alcançado por um país. Em segundo lugar, do avanço da democracia. A definição de políticas econômicas ou fiscais, a administração de orçamentos públicos ou os estudos de impacto de medidas governamentais, tudo isso tende a ser ainda mais valorizado num quadro de maior participação popular e comunitária. Finalmente, da tendência à terciarização da economia, com o peso cada vez maior não somente das atividades financeiras (ver item abaixo), mas também de uma série de serviços sociais prestados frequentemente pelo setor público.

Informática e telemática. Inútil também insistir sobre as

possibilidades abertas nestas áreas. Além do tradicional mercado no segmento de análise de sistemas, surgem chances no desenvolvimento de softwares aplicativos em economia e áreas afins, no marketing e vendas de hard e soft, na internet: serviços de informação e bancos de dados, por exemplo.

Jornalismo econômico. O problema neste campo é, como se sabe, o da regulamentação corporativa da profissão de jornalista. Mas a tendência é de ruptura informal e formal das compartimentações estanques entre as profissões. Mais uma vez, interessam particularmente as frentes abertas pelas novas mídias. Informação econômica, mesmo através da imprensa tradicional, continua sendo um produto em alta.

Lazer (*entertainment industry*). O ramo é mais que quente, como pode perceber qualquer soteropolitano. Tendência universal, o incremento do tempo de descanso ou de ócio e, por consequência, da venda de produtos e serviços destinados ao lazer, é indiscutível. O primeiro produto de exportação da França é o turismo; o segundo dos Estados Unidos é o audiovisual de Hollywood. Aliado ao aumento da renda pessoal, o aumento do tempo de descanso tem impactado em primeiro lugar sobre alguns ramos tradicionais da indústria de entretenimento: edição de livros, revistas, cinema (inclusive videocassetes), esportes, televisão e turismo. Desnecessário falar ainda dos novos segmentos ligados

à revolução telemática. Lembremos, só como exemplo adicional, que o maior investimento público e privado atualmente previsto para Salvador é um parque de diversões. Economistas com visão de futuro deveriam lembrar que do lado de lá da "economia do trabalho" e da "utilidade", existe a "economia do ócio" e da "futilidade".

Meio Ambiente e Econegócios. Mercados ainda pouco explorados, até porque ainda incipientes. São diversas as áreas de atuação potencial para economistas. Citemos primeiramente três exemplos: avaliação de riscos e impactos ambientais de novos empreendimentos; consultoria ambiental para o planejamento estratégico privado ou estatal (inclusive planos diretores); identificação e realização de investimentos de base ecológica: parques, reservas, centros para lazer e ecoturismo, tratamento de dejetos e efluentes, reciclagem de lixo etc. Nas empresas exportadoras, além disso, cresce a necessidade de reavaliar posições competitivas em vista da internalização de custos ambientais, por força de novas barreiras comerciais não-tarifárias (ISO 14.000 etc.).

Recursos Humanos e Economia do Trabalho. O impacto das transformações em curso sobre o emprego tem revalorizado áreas tradicionais de atuação do economista: estudo dos mercados de trabalho, acompanhamento das taxas de emprego e da evolução

dos salários etc. Mas é importante destacar também o seguinte fato: a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho não implicam o fim dos departamentos de RH. Talvez, ao contrário, reforcem o papel dos economistas de empresa dedicados às áreas de cargos e salários, negociações com sindicatos, seleção e recrutamento etc. Certamente, como já dissemos, reforçarão a importância do treinamento e da reciclagem oferecidos dentro e fora das empresas (para empregados e desempregados). Área conexas de grande dinamismo: segurança no trabalho.

Saúde. Outro setor que conhece acelerada expansão, num quadro de revolução técnico-organizacional. Enquanto novas tecnologias são desenvolvidas e difundidas, multiplicam-se os hospitais, clínicas, laboratórios, consultórios. O fenômeno se deve basicamente a dois fatores. Há primeiro o envelhecimento relativo e absoluto da população; pessoas com mais idade tendem a demandar mais serviços de saúde. Existe ainda, mais uma vez, o incremento da renda pessoal e a melhoria das condições de vida das populações. Além da elaboração dos clássicos diagnósticos sócio-econômicos e de estudos de mercado, existe todo um imenso campo até aqui monopolizado por médicos e administradores: gestão de estabelecimentos hospitalares, administração de clínicas e laboratórios, planejamento estratégico na indústria e no

comércio farmacêuticos, execução de programas de assistência social etc.

Sistema Financeiro e mercado imobiliário. Sublinhemos este ponto: a redução do número de bancos e de bancários não significa a diminuição do peso do setor financeiro. Muito pelo contrário, este tem sido um dos segmentos mais dinâmicos do setor serviços. Existem campos clássicos: controladoria em empresas públicas e privadas, crédito bancário, financiamentos de projetos (bancos e agências de desenvolvimento), planejamento financeiro empresarial, corretagem de bens mobiliários e imobiliários e muitos outros. Mas três áreas conhecem hoje especial movimento e merecem maior atenção: a) o setor de seguros; b) a previdência privada, com a tendência à expansão dos planos de saúde, e c) os fundos de pensão e de investimento cada vez mais presentes em todo o planeta. Todas três têm sua expansão relacionada aos fatores citados acima: envelhecimento da população e aumento da renda pessoal.

BAHIA - Distribuição Percentual por Setor das Admissões, das Demissões e do Saldo Negativo nos Setores que Reduziram sua Oferta de Emprego para Economistas, Administradores e Contadores, entre Jan/91 e Jun/96

	Admissões	Demissões	Saldo
	(%)	(%)	Negativo (%)
Adm. Pública	1,52	1,92	3,79
Ser. Aloj. e Alim.	1,69	1,00	
Ser. Auxiliares	8,79	8,89	9,38
Ser. Med. e Odon.	2,25	1,57	
Ser. Sociais	6,62	5,05	
Ser. Tec. e Prof.	6,49	4,41	
Ser. Transp.	2,81	2,10	
Comércio Varej.	9,87	8,72	3,39
Outros Comércio*	4,24	5,37	10,58
Inst. Financeiras	13,46	14,02	16,57
Outros Serviços	4,89	8,50	25,15
SERVIÇOS	62,64	57,52	33,93
Ind. Química**	5,28	8,82	25,15
Ind. Util. Pública	0,95	4,55	21,16
Extr. Mineral	2,16	2,95	6,59
Const. Civil	14,46	12,52	3,59
Outras Indústrias	10,22	9,18	4,39
INDÚSTRIA	33,07	38,03	60,88
AGROPECUÁRIA	1,47	1,64	2,40
N. Espec. e Ignor.	2,81	2,81	2,79
TOTAL GERAL	100,00	100,00	100,00

* Inclui setor imobiliário

**Inclui indústria de produtos farmacêuticos e veterinários

Fonte: MTB/RAIS

02. Revolução Tecnológica e Novos Métodos de Ensino

Nesse terreno, como em muitos outros, a verdade provavelmente está no meio. Não podemos ignorar o significado das novas tecnologias para a educação. Mas o erro mais comum tem sido o da superestimação do impacto das novas tecnologias dentro e fora da sala de aula. Lembremos que em seus respectivos momentos, também o rádio, o projetor de slides ou a televisão, foram vistos como ferramentas capazes de destronar a dupla professor mais quadro-negro. Hoje sabemos que a contribuição destas intervenções para o ensino só pode ser modesta. Ainda que o microcomputador tenha grandes e crescentes possibilidades de emprego na educação, vale a pena avançar nesta área com algum cuidado.

02.1. A Educação Permanente: Causas e Consequências

Nas sociedades agrárias dos séculos XVIII e XIX, a educação da elite da força de trabalho, realizada pela família, pela Igreja e mais raramente pelo Estado, era um processo que durava cerca de 7 anos e que atingia apenas os jovens entre a segunda infância e o início da adolescência. Os objetivos desta formação eram limitados. O fundamental era garantir que a força de trabalho mais qualificada pudesse ler, escrever e manter uma

determinada conduta ética a partir do estudo da Bíblia.¹

As sociedades industriais passaram a *exigir* (inclusive por lei) uma formação mais demorada para os seus trabalhadores mais qualificados. Em meados do século XX, o padrão médio para a elite já era dado por uma formação de 11 a 17 anos, que amarrava o indivíduo às escolas (quase sempre estatais e públicas) da infância à vida adulta. Para os quadros intermediários, o mínimo passou a ser dado pelos cursos técnicos ou pelas graduações universitárias. Para a elite da elite exigiu-se, com o tempo, ainda mais. Nas últimas décadas, os cursos de especialização, de mestrado e mesmo de doutorado, passaram a ser necessários para a obtenção de melhores cargos e salários nas ocupações que demandam o 3º grau.

Quanto tempo de formação média uma economia baseada no conhecimento demandará? Impossível mensurar em anos. Trinta? Quarenta? Só existe uma resposta aceitável: para a elite dos trabalhadores, uma sociedade fundada na informação e no conhecimento tenderá a exigir a *educação permanente*. Em termos mais diretos: acabou-se a época em que o egresso de um curso técnico ou de uma Universidade podia colocar o diploma emoldurado na parede e esquecer seus livros num velho sótão empoeirado. Treinamento,

¹ Sobre este tema ver mais uma vez Stan DAVIS e Jim BOTKIN, *op. cit.*

atualização e reciclagem, são hoje realidades para toda a vida de trabalho. Especialização é algo a ser procurado várias vezes ao longo de uma mesma vida profissional. E isso, antes de todas as outras razões, por uma razão muito simples: as pessoas tendem a viver mais.

A que se deve essa mudança? Basicamente, ao ritmo mais acelerado do progresso técnico e da inovação tecnológica (inclusive organizacional). Fato que se explica, por sua vez, pelas relações mais estreitas entre ciência e tecnologia.

É conhecida a fórmula segundo a qual o conhecimento humano dobra hoje num tempo inferior a 10 anos. Deste fato resulta uma primeira questão relevante: *mesmo numa área específica de uma profissão particular, é impossível absorver individualmente todo o conhecimento acumulado.* Esta impossibilidade, por sua vez, nos obriga a rediscutir os significados das "especializações", dos currículos de graduação, dos métodos de aprendizado etc. Mas deixemos este ponto para mais adiante.

O que nos interessa por enquanto é outro ângulo da mesma questão. O novo ritmo da inovação tecnológica tem levado à redução da chamada "meia-vida" profissional. Só como lembrança, o termo é importado da física nuclear, onde significa o tempo que deve decorrer para que, num momento dado, 50% dos átomos de um

elemento radioativo se desintegram. A "meia-vida" profissional, isto é, o período em que cerca de 50% dos conhecimentos de um técnico se tornam obsoletos, caiu nos Estados Unidos, na década de 1990, de 7 a 14 anos para 5 a 3 anos.²

Exatamente por isso, na área de educação, o mercado que mais cresce hoje é o de *formação contínua* de pessoal empregado. E é bom que estejamos também cientes do seguinte dado: dentro das empresas, o segmento da força de trabalho mais submetido à formação permanente é o constituído por executivos, administradores e técnicos de nível superior. São fatos, diga-se de passagem, que os economistas leitores de um jornal como a *Gazeta Mercantil* notam todos os dias, bombardeados que são pelos folhetos de publicidade de mil e um cursos e seminários voltados para novas técnicas de administração, matemática financeira, tributação no Mercosul etc.³

Que significado a educação permanente pode ter em nossa Escola? Reflitamos sobre cinco perspectivas que surgem no atual horizonte.

² A estimativa é do Conselho Nacional de Pesquisas dos EUA, apud Stan DAVIS e Jim BOTKIN, *op. cit.*, p. 92.

³ Nos referimos, obviamente, à reciclagem dos "sobreviventes". Como já comentamos, são os escalões médios das empresas - economistas, administradores etc. - as principais vítimas do desemprego provocado pelo "achatamento" das organizações via reengenharia e *dowsizing*.

Pensemos, primeiramente, no envelhecimento relativo e absoluto do nosso público-alvo. Para a FCE-UFBa, o estudante padrão é ainda majoritariamente o jovem *teen* de classe média recém-saído do curso secundário. Mas este padrão tende a mudar com o progressivo envelhecimento da população e com as novas necessidades da economia real. Por volta de 2020, o brasileiro modal terá cerca de 40 anos de idade. Hoje, no conjunto das Universidades brasileiras (inclusive confessionais e privadas), conforme comprovado por pesquisas realizadas pela Capes, apenas um terço dos estudantes correspondem ao padrão *teen*. O estudante universitário mais comum já é representado pelo adulto de cerca de 30 anos, que começou a trabalhar depois de concluir o secundário e é frequentemente casado. Este adulto estuda durante a noite para garantir alguma progressão funcional e salarial, dentro ou fora da empresa em que já trabalha, ou ainda, como em muitos casos, para assegurar certa ascensão social, vale dizer, um outro status. Quanto mais avançarmos para o futuro, maior a parcela de nossos estudantes que tenderá a ser formada por pessoas com mais de 30 ou 40 anos, em busca de reciclagem, aperfeiçoamento ou mesmo mudança de profissão.⁴

⁴ Sobre o levantamento realizado pela Capes, ver Cláudio de Moura CASTRO, "A Educação Especializada...", op. cit., p. 132.

Reflitamos, em segundo lugar, sobre nossas relações com os ex-alunos da FCE-UFBa. Tradicionalmente, as Faculdades públicas rompem *todos* os seus laços com a maioria do seus alunos desde o momento da entrega dos diplomas. Nossa Escola não é exceção. Ela também faz exatamente o contrário do que fazem todas as empresas. Qualquer empresário sabe muito bem que o cliente antigo é melhor que o novo; "um cliente antigo", chega-se a dizer, "vale *cinco* novos". Exatamente por isto as empresas conservam com especial atenção o contato com os clientes já "atendidos": cartões de aniversário, mala direta, crédito facilitado e outras atenções.

Nós, como quase todas as escolas públicas, só nos interessamos por alunos matriculados, isto é, por "clientes novos". Mas, uma vez que sejam educados na perspectiva da formação permanente, nossos ex-alunos podem se constituir num público fiel para nossas atividades de extensão: cursos, eventos etc. Interessará certamente a eles, que contarão com a possibilidade de se atualizar ou de se aperfeiçoar; interessará a nós mesmos, tanto em função de uma melhor inserção na comunidade, quanto em razão das possibilidades abertas em termos de geração de recursos humanos e financeiros.⁵

De que depende o estabelecimento de uma nova política para

⁵ Ver ainda Stan DAVIS e Jim BOTKIN, op. cit., p. 20.

os ex-alunos? Inicialmente, de ter o que oferecer em termos de cursos, eventos, publicações abertas aos graduados e vagas em trabalhos de pesquisa. Além disso, de organizar um mini banco de dados: poucas horas de trabalho de um funcionário treinado, um micro e *softs* razoáveis para o arquivo e a edição de etiquetas para a correspondência (mala direta).

Mas voltemos ao ponto. A possibilidade de ofertar novos serviços a um novo público não se esgota, evidentemente, na demanda de ex-alunos. A educação permanente é uma exigência para o conjunto dos diplomados pelas Universidades. Assim, em terceiro lugar, será importante estar atento a esta procura crescente por cursos de especialização e reciclagem. A FCE-UFBa reúne massa crítica para oferecer com regularidade cursos em áreas como economia baiana, economia agro-industrial e outras.

Quarto ponto: é preciso começar a discutir a implantação de um curso noturno de graduação para uma enorme fatia da demanda por economia em 3º grau que a FCE-UFBa, hoje, praticamente ignora. Isto não significa simplesmente deslocar para horários noturnos as disciplinas da graduação atual. Um curso noturno impõe um ritmo diferente, mais lento, bem como outras metodologias. Trata-se de ofertar um novo serviço não para o estudante que trabalha, mas para o trabalhador que estuda.

Finalmente, o mais importante: a formação permanente deve ser, antes de tudo, *uma obrigação e uma necessidade para os professores e funcionários da própria FCE*.

No caso dos professores, é preciso ir além do uso dos programas de formação doutoral da Capes e do CNPq (que de resto precisa ser subordinado a uma política global de ensino e pesquisa para a Escola). Há necessidade de acesso a outros cursos de reciclagem ou especialização e, de saída, no campo da pedagogia. Além disso, o acesso à internet e às publicações especializadas, a *divulgação interna* da pesquisa realizada internamente (seminários, palestras etc.), a participação em eventos regionais, nacionais e internacionais têm, certamente, papel fundamental na formação permanente.

No caso dos funcionários, estávamos, até a posse do atual Diretor, praticamente na estaca zero. É urgente continuar treinando o pessoal técnico-administrativo no uso de certas ferramentas informáticas. A médio prazo, é necessário garantir para alguns deles, pelo menos, o acesso a cursos de língua estrangeira (inglês e espanhol) e de capacitação em áreas específicas de interesse da Escola (administração de bancos de dados, classificação e indexação de documentos etc.). De que maneira poderemos utilizar para isso a estrutura da Universidade? Como usar nossos próprios recursos? De que modo tudo isso supõe um novo

pacto de trabalho/benefício com os funcionários? Questões a responder rapidamente.

02.2. O Impacto das Novas Técnicas e dos Novos Equipamentos

Quando falamos de novas tecnologias, estamos nos referindo a que processos e produtos?

Primeiramente, ao micro-computador e seus softs em sentido estrito. O *hardware* deve conhecer, a curto e médio prazos, importantes mudanças com o aperfeiçoamento das tecnologias de toque (*touch screen*), de reconhecimento de voz e de caligrafia, bem como de interligação em redes sem fios. O *software* deve avançar rapidamente na direção de programas inteligentes e altamente interativos; neste sentido, um pouco mais para o futuro, grandes perspectivas se abrem no campo da inteligência artificial e da realidade virtual.

Em segundo lugar, à multimídia interativa. Já é razoável a disponibilidade de cd-roms educativos e de referência em língua estrangeira (enciclopédias, cursos de línguas, cursos de história, atlas geográficos etc.). Tende a crescer a oferta de produtos em português. Bem mais interessante, entretanto, é a possibilidade de utilizar o material existente e novas fontes para a construção de "aulas", "palestras" ou pequenos "cursos" com os múltiplos recursos que esta tecnologia

oferece: além dos textos, inserção de sons, fotos, ilustrações, sequências cinematográficas etc.

Em terceiro lugar, às tecnologias de vídeo. A difusão de novos videofones pode revolucionar o ensino e o debate à distância. A fotografia digital abre novas possibilidades de trabalho, por exemplo na ilustração de estudos ou conferências. A internet permitirá brevemente a "importação" automática de trechos de filmes ou de programas de TV, que poderão ser armazenados em discos duros ou disquetes. No curto prazo, multiplicam-se os produtos que substituem os quadros-negros e os retroprojetores: telões, "quadros vivos" e outros.

Finalmente, estamos nos referindo às tecnologias de comunicação telemática. De saída, à telefonia celular. Além dela, à TV a cabo, inclusive interativa. Mais ainda: aos imensos recursos da internet: acesso a bancos de dados, listas de debates, "download" de programas e documentos etc.

Mas sem ilusões. Nas escolas públicas, a utilização de todas essas novas tecnologias tem esbarrado numa série de obstáculos, entre os quais:

- *limitações orçamentárias*; faltam recursos para investimento em audiovisual e telemática;
- *equipamentos existentes, mas obsoletos*; microcomputadores pouco potentes, com reduzida

capacidade de armazenagem e não integrados a redes;

- *inexistência de softwares* educativos adequados ao ensino informatizado;
- *ausência de projeto pedagógico*, que permita o bom aproveitamento das novas tecnologias enquanto ferramentas de uso multidisciplinar associadas aos currículos e matérias dos cursos.⁶

Da mesma maneira que ocorreu em quase todo o setor empresarial, também no setor público a informática foi introduzida a partir do processamento de dados administrativos. Nas Universidades e escolas públicas, os computadores foram utilizados primeiramente para a preparação de contracheques, para a matrícula e para o acompanhamento do desempenho dos alunos (frequência, notas e históricos escolares por exemplo). Em seguida, começaram a ser empregados para a indexação e administração de bibliotecas (*fase que nós ainda não alcançamos!*). Somente hoje é que eles começam a aparecer na sala de aula e ainda assim timidamente, sob a forma de trabalhos clássicos preparados com processadores de textos ou de ilustrações gráficas para uso em retroprojctor (aulas e seminários).

⁶ Ver Wanderlei POZZEMBOM (Correio Brasiliense), "Uso da Informática ainda está em desenvolvimento", *A Tarde/ANJ*, Suplemento Especial LER, "A educação e as novas tecnologias da comunicação", 10/09/96.

Mas essa situação tende a mudar em razão das novas possibilidades materializadas pela telemática. De que possibilidades se trata? No que diz respeito ao ensino, os seguintes aspectos vêm sendo lembrados:

- a telemática permite ao aluno acessar uma quantidade maior de informações, que tendem a ser mais atualizadas e apresentadas de forma mais atraente, em comparação com aquelas fornecidas pelo professor e pelas fontes que ele tradicionalmente indica⁷;
- microcomputadores, bons softs educativos e redes, permitem o desenvolvimento do *aprendizado interativo*; o estudante pode ter acesso ao conhecimento que lhe interessa no momento, armazená-lo do melhor modo, estudar no seu próprio ritmo, responder a questões e corrigir seus próprios erros, avaliar seu próprio desempenho, aprofundar suas pesquisas, escolher direções e alternativas etc.;
- nessa direção, torna-se possível oferecer ao estudante, com um custo bem menor, a possibilidade de um ensino mais individualizado, vale dizer, com um programa personalizado de pesquisa, sob orientação mais flexível;

⁷ Estamos reproduzindo os pontos listados no artigo citado acima, "Uso da...".

- com a informática, torna-se possível simular situações; para o estudo da economia abre-se a possibilidade de operar com sistemas ou modelos econômicos virtuais, ou de realizar experiências macro e microeconômicas virtuais (aulas “práticas” em “laboratórios”); nesta linha, grandes possibilidades existem ainda para os jogos educativos de estratégia e simulações de centros de operações financeiras;⁸
- o computador tende a liberar o aluno das limitações de tempo e espaço; o cd-rom e o disquete permitem levar facilmente o material de estudo ou pesquisa para qualquer outro momento e lugar, quando e onde existirem outros micros acessíveis; o barateamento dos micro domésticos e das máquinas portáteis (*lap-tops*) darão ainda maior autonomia temporal e locacional ao aluno;
- finalmente, a telemática abre novas formas e perspectivas de socialização, sem limites de tempo e espaço: contato com outros estudantes via internet, trabalhos coletivos interestaduais ou internacionais etc.⁹

⁸ Não se trata de ficção científica; tais práticas já existem, pelo menos no nível da pós-graduação, em faculdades australianas, inglesas e norte-americanas. Ver, por exemplo, “Mestrado simula ambiente financeiro em escola inglesa”, *Gazeta Mercantil*, 09/10/11 ago. 1996, C-7.

⁹ Prática também já existente em certos centros de excelência no exterior. Ver “Empresas e alunos elegem o MBA da Wharton”, *Gazeta Mercantil*, 21/10/96, C-5.

A revolução tecnológica tende a impor assim transformações importantes em algumas áreas fundamentais do ensino: na relação professor-aluno e na arquitetura das salas de aula e escolas, por exemplo. Trataremos destes e de outros pontos importantes no campo da pedagogia em seguida.

02.3. Aprender a Aprender, Aprender a Navegar

A principal questão a responder é esta: de que modo o perfil exigido para os novos profissionais (esboçado no capítulo anterior) e a introdução de novas tecnologias impõem novos métodos de ensino e de aprendizado?

Existe, em primeiro lugar, certo consenso quanto à mudança no conteúdo do “universo de conhecimentos a trabalhar”.¹⁰ Se ninguém pode mais aprender tudo, mesmo numa área especializada, é tolice insistir em currículos que tentam abarcar um estoque extenso de conhecimentos. Nosso atual currículo de graduação, com sua carga de 10 matérias relacionadas à História do Pensamento Econômico, é um bom (mau) exemplo desta pretensão obsoleta de ensinar alguma coisa de tudo.

Existe
um
pré-
-pré-
?

Há também algum consenso quanto à necessidades de

¹⁰ Sobre esta questão e sobre os pontos seguintes, ver Ladislau Dowbor, *op. cit.*, p. 26-27.

mudanças, tanto na atitude do estudante face ao ensino, quanto na relação professor-aluno.

De um lado, o aluno receptor-passivo deve evoluir na direção do estudante (inter)ativo. Disto depende o desenvolvimento de boa parte das competências sociais listadas no capítulo anterior. As novas tecnologias fornecerão a base para a (inter)ação e para os percursos de aprendizado definidos pessoalmente. Mas antes disto, cabe ao estudante, com o apoio da Escola, somar, na perspectiva da sua autoformação "polivalente", as possibilidades abertas por estas novas tecnologias aos processos já existentes de desenvolvimento pessoal: utilização das atuais bibliotecas, monitorias, recurso às matérias optativas e eletivas, projetos de iniciação científica, monografias etc.¹¹

De outro lado, exige-se do professor uma postura mais próxima dos métodos já sugeridos há muito tempo por Piaget. Em termos mais precisos, pode-se dizer que:

¹¹ Com relação a este ponto, ver, por exemplo, "Faça você mesmo o seu currículo", em *Guia do Estudante 97*, Editora Abril, 1996. Uma observação *en passant* com relação às matérias eletivas: a Escola deveria reivindicar à Universidade a abertura do leque atual. Na verdade, a maioria das matérias oferecidas nas diversas faculdades deveriam ser eletivas. É uma consequência necessária da comprovação de que a noção de área especializada de conhecimentos (ou de "profissão") tende a se tornar mais difusa ou fluida. Um estudante de economia com interesses particulares em aquacultura, por exemplo, deveria ter acesso a certos cursos de biologia. E vice-versa.

"Embora o professor não seja uma espécie em extinção, como gostariam alguns estudantes, nem por isso a escola e os mestres serão os mesmos na escola do futuro. O que o computador permite e exige dos responsáveis pelo ensino é uma nova atitude em relação aos alunos, aos conteúdos ensinados e ao processo pedagógico. Como descobriu Piaget, cujo centenário é comemorado neste ano, a maior parte do que uma pessoa aprende é por iniciativa própria e em interação com a realidade que a cerca. Ela constrói o seu conhecimento (daí a expressão construtivismo), não o recebe passivamente. Mas é preciso motivá-la e orientá-la.

"Orientar e motivar são as novas funções do professor, mais que a de um fornecedor de informações."¹²

Tentemos sintetizar. As transformações em curso tendem a esvaziar a tradicional concepção de ensino, fundada na transmissão de um estoque determinado de conhecimentos. O que se valoriza desde já é a *transmissão de determinados métodos*: a) ensinar a (auto)aprender e b) face a um oceano de conhecimentos que duplica seu volume a cada 10 anos, ensinar a "navegar". O que exige, evidentemente, outra postura por parte do estudante. Ou como afirma Ladislau Dowbor:

"Modifica-se profundamente a função do educando, em particular do adulto, que precisa se assumir como sujeito da própria formação, diante da diferenciação e riqueza dos espaços de

¹² Wanderlei POZZEMBOM, "Uso da Informática ainda está em desenvolvimento", in *loc. cit.*, p. 7.

conhecimento nos quais deverá participar.”¹³

Bom uso das novas tecnologias, com novos métodos de educação, exigirão com certeza mudanças nas estruturas dos currículos e nos padrões de organização de suas disciplinas, no modo de tratar o ensino e o aprendizado em grupo, na prática de estágios e, ainda, como já dissemos, na arquitetura de salas de aulas e escolas.

No que diz respeito aos currículos, adiantemos somente dois ou três pontos. Primeiro: é preciso, talvez, dar mais flexibilidade ao percurso das “grades”; um núcleo mais enxuto de matérias obrigatórias, maiores possibilidades para percursos ou rotas individualizadas. Segundo: é possível que a estrutura de “tijolos” iguais (de mesmo tamanho) dos atuais currículos não se sustente; disciplinas sistematicamente “ajustadas” a padrões tipo 2 horas x 2 dias x 16 semanas = X créditos são exigidas não pela didática, mas por necessidades de outra ordem. Terceiro: o próprio conteúdo das antigas e novas disciplinas tem que ser alterado; em razão das transformações sócio-econômicas em curso, certo, mas também por causa de novas necessidades metodológicas.

Quanto ao trabalho em grupo, notemos de saída que não existe praticamente *ensino em equipe* na nossa Escola. A cada início de semestre, cada professor

pega a “sua” matéria, que leciona em seguida de forma completamente isolada. Raros são os convites para aulas e palestras em salas de outras disciplinas. Não é provável que o ensino em equipe possa dinamizar nossos cursos, tornando-os inclusive mais ricos em conteúdo e mais atraentes? A arte de “navegar” não deve ser antes de tudo um atributo dos mestres?

O trabalho em grupo dos alunos existe, mas é ainda insuficiente. Atividades coletivas deveriam ser obrigatórias em pelo menos parte de todos os cursos, de modo a estimular a cooperação, a habilidade na negociação e a capacidade de liderança dos estudantes. No mundo real, trabalha-se em geral em grupo; a resolução de tarefas e problemas complexos tende a exigir comissões, núcleos, equipes ou grupos de trabalho. É indispensável que mesmo nossos estudantes mais tímidos possam se destacar neste tipo de competência.

Nossa visão do estágio também deve mudar. Os estágios são mais que exigidos para a formação de profissionais com o novo perfil, na medida em que autoformação também envolve *learn by doing* e treinamento em empresas ou no setor público. Até aqui, o papel da Escola tem sido mais ou menos passivo. No futuro, com novos currículos e métodos, talvez seja possível uma outra atitude. De um lado, a Escola procuraria colocar, com um “marketing” agressivo de convênios, seus estudantes-estagiários no mercado; de outro,

¹³ Ladislau DOWBOR, op. cit., p. 27.

estimularia, *através de creditação*, seus alunos a buscar estágios supervisionados.

É verdade que a redução do emprego-carreira, sobretudo nas grandes organizações, tem limitado em muito as vagas disponíveis para estágios. Muitas faculdades têm substituído, também por esta razão, o estágio obrigatório pela monografia. Mas outra resposta muito interessante têm sido desenvolvida no sul do País. Por que o trabalho de conclusão de curso (TCC) deve ter um cunho absolutamente científico-acadêmico? Algumas Faculdades têm oferecido a alternativa de elaboração de projetos de (micro)empresas como trabalho de conclusão. Em associação com entidades como o Sebrae e com o apoio de centros ou núcleos de "incubação", os TCC podem resultar em empreendimentos concretos, permitindo uma inserção no mercado por outras vias que não o tradicional caminho estágio-trainee-senior.¹⁴

Outro ponto para discussão: é preciso repensar nossa postura frente aos chamados programas especiais. Como lembra o Prof. César Zucco, da UFSC, a Iniciação Científica (IC) não pode ser vista como uma ação voltada prioritariamente para a formação de jovens pesquisadores; sua função primordial deve ser a de alavancar a aprendizagem. O que significa dizer

que os bolsistas da IC *não devem* ser tratados como "laboratoristas" ou digitadores de Grupos de Pesquisa já instalados, "sem espaço para criação própria". O mesmo se aplica às Monitorias e aos Programas Especiais de Treinamento (PET) - atualmente inexistentes em nossa Escola. Monitores são estudantes e *não devem* ser nunca considerados mão-de-obra auxiliar de professores preguiçosos.¹⁵

Finalmente, é a própria arquitetura das nossas instalações que deve ser questionada (lembramos que estamos reivindicando um novo prédio). A Escola do futuro terá dois eixos: informação e comunicação. Isso terá consequências imediatas sobre as estruturas físicas da escola. A própria sala de aula deve ser repensada. Toda a evolução neste campo, ao longo das últimas décadas, resume-se a adotar o semicírculo na arrumação das carteiras dos alunos, com o professor descendo "democraticamente" do seu tablado. É pouco. De fato, um ensino que valoriza a autoformação, a iniciativa pessoal e o trabalho em grupo, tem pouco a ver com salas de aula organizadas em dois espaços, o palco e a galera. Mas ele exige ainda estruturas em rede, equipes de trabalho interligadas, grupos flexíveis, voltados para tarefas

¹⁴ Ver "Geração Coca-Cola", Exame, ano 30, n° 24, nov. 1996, p. 134-40.

¹⁵ Essas e outras observações mais que relevantes sobre o bom uso didático dos Programas Especiais podem ser encontradas em César ZUCCO, *Relação entre pós-graduação e graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional*, CAPES, 1996 (internet).

específicas e mutantes, e, além disso, acesso imediato a certos equipamentos audiovisuais e telemáticos.¹⁶

A tudo isso pode se opor um poderoso argumento: até que ponto podemos, no 3º grau, avançar didaticamente se, nos 1º e 2º graus continuam sendo formados alunos que não têm vontade de aprender e que, frequentemente, não praticam nem mesmo a leitura ou a escrita? A resposta está para ser dada. Mas o que não podemos, desde já, é continuar imóveis, reproduzindo na Faculdade os métodos que criticamos no ensino secundário.

02.4. Avaliar, Avaliar e Reavaliar

As propostas de avaliação de nosso desempenho que têm sido impostas de fora para dentro, pela Capes (mestrado) ou pelo MEC (provão etc.), têm encontrado grandes resistências.

Mas é preciso não confundir a crítica às falhas metodológicas, ou ao caráter autoritário e segregador de certas avaliações, com a desnecessidade da avaliação. Indispensável para o planejamento, a prática da auto-avaliação, corrente em muitos outros setores da sociedade, é condição *sine qua non* para a melhoria da qualidade dos nossos serviços de ensino, pesquisa e extensão. No curto ou

médio prazo, valerá a pena a construção de instrumentos específicos para tornar sistemática e permanente o exame de nosso desempenho, da satisfação de nossos "clientes" (*feedback*), do cumprimento de metas etc.

De saída, é fundamental tornar a *avaliação de professores e cursos, feita pelos próprios alunos*, uma prática sistemática e rotineira. O professorado da Escola deve dar todo o apoio às iniciativas do Diretório Acadêmico neste sentido; na ausência destas, deve assumir por conta própria a organização de uma avaliação regular.

¹⁶ Sobre esta questão, ver ainda Stan DAVIS e Jim BOTKIN, *op. cit.*

03. A Questão do Currículo

Desde meados de 1984, com a aprovação da Resolução nº 11/84 do Conselho Federal de Educação, as faculdades de economia do País puderam iniciar a reformulação dos seus currículos de graduação. No caso da FCE-UFBa, esta reformulação foi posta em prática entre 1985 e 1987, sendo a implantação do atual currículo iniciada neste último ano.

Do nosso ponto de vista, que significado teve o novo currículo de 1987?

Tratou-se, em primeiro lugar, de ajustar o nosso antigo currículo ao currículo mínimo definido (e imposto) em escala nacional pelo Conselho Federal de Educação. O CFE estabeleceu certos critérios (matérias a oferecer obrigatoriamente, creditação mínima etc.) que amarraram as reformas realizadas nas faculdades de economia do País.¹

Tratou-se, em segundo lugar, de assegurar na FCE-UFBa o *pluralismo metodológico*, até então negado pela ditadura militar. O texto final da comissão formada por professores da Escola definia a orientação geral dada pelo clima da época da seguinte forma: "ênfase

¹ A princípio uma futura reforma encontrará também este obstáculo. A médio prazo, porém, é possível que os avanços na direção de maior autonomia para Universidades e faculdades levem a um grau maior de liberdade na (re)formulação dos currículos.

na formação teórica e na formação histórico-institucional". O que se traduziu, concretamente, em duas coisas:

a) maior peso para disciplinas relacionadas à História do Pensamento Econômico ou à História da economia real; hoje são 11 num total de cerca de 40 disciplinas a cursar, vale dizer, subestimadamente, 25% do curso;²

b) a tentativa de reduzir o distanciamento do antigo curso de economia (fortemente marcado pelo neoclassicismo de manual) em relação aos fenômenos e processos reais da economia brasileira.

Tentou-se reafirmar, finalmente, o conteúdo humanista do curso de economia, graças a uma maior atenção às interrelações entre a economia e o conjunto da vida social, e ainda entre a chamada ciência econômica e as outras ciências humanas. Além disso, na mesma direção, reforçou-se o apelo às responsabilidades sociais (éticas) do estudante e do futuro profissional.³

² Por que *subestimadamente*? Porque em cursos de economia "aplicada" existe às vezes uma propensão a ensinar HPE que vai muito além das reais necessidades. Vocações da Escola ou "vício" da Escola?

³ Estamos nos apoiando parcialmente no documento elaborado pelo Prof. Lielson Antonio de Almeida COELHO, "Implicações do Novo Currículo a Partir da Avaliação do Desempenho do Corpo Discente nas Disciplinas Técnicas de Pesquisa e Elaboração do Trabalho Monográfico - A Situação do Curso de Economia da Universidade Federal da Bahia".

Onde estamos, cerca de 10 anos mais tarde?

Tentemos fazer um balanço crítico do "novo" currículo, listando aqueles pontos que nos parecem mais problemáticos e considerando, para isto, as duas demandas básicas colocadas pelas novas realidades: um perfil diferente para o economista da virada de século e métodos de ensino e aprendizado compatíveis com as tecnologias telemáticas.

O primeiro grande problema do atual currículo é seu *tamanho*. A reforma de 1984-87 ampliou a duração do curso de cerca de 4 anos para mais ou menos 5. Em parte, isto ocorreu porque no plano nacional, como também na FCE-UFBA, insistiu-se equivocadamente numa *concepção enciclopedista* de formação de graduação, na linha do "aprender um pouco de tudo". Resultado: 37 disciplinas de currículo "mínimo" (inclusive "complementares obrigatórias"), e carga total média de 170 créditos, vale dizer 2.865 horas de aula, 95% das quais expositivas.

O segundo problema importante está relacionado ao anterior. Trata-se da excessiva *rigidez* do currículo, cujo sistema de pré-requisitos associado ao número exagerado de matérias obrigatórias, torna a liberdade de escolha do estudante mais que irreal, completamente fictícia. Com 37

disciplinas obrigatórias, o estudante de economia tem atualmente 93% da sua creditação fixada antecipadamente! Ora, o novo tipo de formação que estamos discutindo a partir deste texto exige muito maior *flexibilidade* na definição, por parte do estudante, das suas áreas de interesse e dos percursos curriculares de sua própria escolha.

Reform.
269

Um terceiro problema é a dissociação absoluta entre o currículo e o conjunto das outras atividades de formação: monitorias, pesquisas (inclusive através da Iniciação Científica), programas especiais de treinamento (PET) e, sobretudo, estágios. É verdade que tais atividades têm hoje espaço limitado na nossa Escola, o que é função de um número considerável de variáveis, entre as quais a falta de recursos. Todavia, o que deve chamar particularmente nossa atenção no momento é o tipo de visão implícita na nossa atual metodologia de ensino; para nós, atividades como as de pesquisa ou de estágio são simplesmente complementares ou, melhor dizendo, *paralelas e exteriores* às atividades curriculares.

Há, em quarto lugar, o problema da monografia, tornada obrigatória desde 1987. Para abrir a discussão sobre este ponto, deixemos a palavra com o Prof. Lielson Coelho:

"Para boa parte das disciplinas, o método utilizado consiste exclusivamente no discurso do professor em sala, avaliado exclusivamente

através de provas escritas, não exigindo atividades de pesquisa que possibilitem o exercício reflexivo no qual os estudantes problematizem questões. A esta situação vivenciada pelos alunos no decorrer do curso contrapõe-se a situação enfatizada na parte terminal, em que se exige do estudante uma monografia de graduação que deve ser concebida segundo as normas técnicas de um trabalho científico de investigação, para o qual pressupõe-se o domínio de certas habilidades que não são exigidas nas outras disciplinas no decorrer de todo o curso."⁴

?
Como todos nós sabemos, esse divórcio entre monografia e metodologia de ensino tem levado ao aumento da taxa de evasão do curso nas suas etapas finais, ao incremento do tempo médio de permanência do estudante na Escola (em torno de cinco anos e meio) e à manutenção de um ponto de estrangulamento que tem, entre outras consequências, sobrecarregado certos professores com um número desproporcional de orientandos.

!!!
The last but not the least: nosso "novo" currículo envelheceu rapidamente e já não responde às novas realidades colocadas pela globalização, pela atual revolução tecnológica e pelas novas formas de organização do trabalho. Este envelhecimento precoce é fruto, em nossa opinião, da ausência, quando da última reforma, de qualquer questionamento aos próprios paradigmas da ciência econômica

⁴ Lielson, A. de Almeida COELHO, op. cit., p. 8.

praticada nas Universidades brasileiras.

03.1. Pensemos Novos Paradigmas para um Novo Currículo

O que fizemos em 1984-1987? Basicamente, nós "esticamos" o antigo currículo, no intuito de enriquecê-lo com certas disciplinas de História, HPE, Teoria Econômica, Matemática e Estatística. Em nenhum momento, questionamos nossos paradigmas, ainda que tenhamos duvidado do mérito de algumas das disciplinas "canônicas" construídas a partir da concepção "normal" de Ciência Econômica dominante então nas Universidades brasileiras. *Falso!*

Poderíamos ter feito a reforma dos anos 1980 de outro modo? Não. Ainda era muito cedo. A reforma posta em prática em 1987 correspondeu a um momento determinado da evolução do ensino de economia no Brasil. O dado mais importante daquela conjuntura era o fim da ditadura militar e o avanço das liberdades democráticas. Após duas décadas de obscurantismo nas Universidades, e especialmente na área de humanas, era natural que o eixo de uma reforma curricular fosse dado pela garantia do pluralismo.

Ademais, se as grandes transformações planetárias do final do século XX, econômicas e políticas, já estavam na ordem do

dia, nem por isto se apresentavam a nossos olhos com a clareza necessária. Foi somente alguns anos depois do início da implantação do novo currículo que caiu o Muro de Berlim, que se reconheceu o esgotamento da industrialização por substituição de importações ou que se multiplicou em nosso País o desemprego de origem tecnológica. Como ter respostas para perguntas que ainda não se colocavam? Fizemos, sob muitos aspectos, o que nos era possível. Justiça seja feita, inclusive, ao trabalho da Comissão de Reforma, constituída pelos professores Antonio Plínio P. de Moura, Osvaldo Guerra, Lielson Coelho e Antonio Filgueiras.⁵

Hoje, no entanto, após uma década de mudanças aceleradas, a situação se apresenta de outro maneira. De um lado, a direção e o ritmo das transformações em curso na economia e na sociedade já podem ser avaliados, pelo menos em suas grandes linhas. De outro,

⁵ Outros fatores influenciaram as decisões tomadas quando da reforma curricular de 1987. Citemos apenas mais dois. Primeiro: o momento era de auge da influência nacional da Escola da Unicamp (governo Sarney e Plano Cruzado); na área da economia, o DEPE-IFCH havia se consolidado como um dos poucos centros de resistência ao obscurantismo em geral e ao neoclassicismo em particular. Por estas e outras, nosso "novo" currículo acabou com algum conteúdo "unicampineiro". Segundo: com a redemocratização, retomaram boa parte dos economistas exilados, ou simplesmente expulsos, pela ditadura, das Universidades brasileiras. O retorno da geração de Furtado, Marini e outros, acabou reforçando o peso de certas concepções nacional-desenvolvimentistas.

nós mesmos - a geração que vanguardou aqui a última reforma curricular e que atualmente ocupa os órgãos de decisão na FCE - estamos mais maduros, tanto em termos da formação acadêmica, quanto em termos da experiência profissional. São boas razões para irmos mais longe do que em 1987, para ousarmos e assumirmos os riscos necessários.

Impossível, hoje, pensar em reforma curricular sem pensar em questionamento de nossos próprios paradigmas. Do que se trata? Até como homenagem póstuma ao recém-falecido Thomas S. Kuhn, relembremos sua consagrada definição de paradigma científico, divulgada desde 1962.

Para Kuhn, paradigmas são mais que "modelos", são descobertas científicas universalmente reconhecidas, ou ainda teorias que, por algum tempo, fornecem a uma comunidade de pesquisadores os problemas-padrão e suas soluções. Segundo o filósofo, este conceito se articula com o de *ciência normal*, ou seja, aquela que se limita às possibilidades existentes dentro da "caixa" construída pelos paradigmas. Corolário: a ciência normal nunca tem por objetivo iluminar fenômenos novos, simplesmente porque o que não se "encaixa", passa despercebido.⁶

⁶ Utilizamos uma edição francesa do clássico de Thomas KUHN, *La structure des revolutions scientifiques*, Paris: Flammarion, 1983. Existe uma edição brasileira (Perspectiva).

!!!

Estamos propondo uma nova reforma do currículo que questione certos dos nossos paradigmas curriculares e, a partir daí, nossos conteúdos programáticos. Trata-se fundamentalmente de superar as idéias nacional-desenvolvimentistas e industrialistas que nos norteiam desde os anos 1930-1950, em função da influência de grandes economistas do passado, brasileiros e baianos, como Celso Furtado, Rômulo Almeida e muitos outros, inclusive os membros ilustres da segunda geração de desenvolvimentistas que ocupou nos anos 1960-1980 parte dos espaços reservados aos economistas na Universidade e no Estado.

Estamos propondo uma ruptura em pelo menos algumas frentes.

Pensamos que é necessário, primeiramente, superar uma certa concepção industrialista que é típica do nacional-desenvolvimentismo; precisamos reconhecer:

- a crescente desmaterialização (ou intangibilidade) da produção capitalista; vale dizer, a importância crescente tanto da produção de serviços, quanto do capital e do patrimônio imateriais (marcas, licenças, patentes etc.);
- a tendência à transformação da economia contemporânea de intensiva em capital em sentido estrito (bens materiais) para uma economia intensiva em informação e conhecimento (bens imateriais/materializáveis);

- o envelhecimento da representação setorial da economia definida nos anos 1940-1950, em razão da industrialização da agricultura e de muitos serviços, mas também em função do caráter cada vez mais "terciário" da produção industrial.

É preciso, em segundo lugar, romper com a proposta de economia predatória implícita na concepção industrialista e explícita no nacional-desenvolvimentismo "realmente existente". Reconheçamos que:

- em nome do bem-estar das gerações vivas e futuras, o desenvolvimento a ser defendido só pode ser o sustentável;
- o avanço da consciência ecológica é um processo que tende a se aprofundar nas próximas décadas; cabe à Universidade um papel fundamental na garantia de que esta conscientização seja fundada no conhecimento científico e não em ignorância ou preconceitos;
- interesse especial deve ser dado à proteção do meio ambiente e, por consequência, tanto ao papel do Estado e das ONG's nesta área, quanto ao papel das empresas e do chamado *ecobusiness*.

É indispensável, em terceiro lugar, o rompimento com os ideais autárquicos do nacional-desenvolvimentismo. Reconheçamos que: !!!

- a globalização, entendida enquanto aprofundamento e extensão da divisão internacional do trabalho, é um fenômeno objetivo, momento *particular* de um processo iniciado, certo, há muitos séculos;
- a produtividade do trabalho obtida em autarcia (ou quase autarcia) não pode ser superior à produtividade alcançada pela divisão internacional do trabalho (o mercado mundial), como foi demonstrado pela derrota econômica dos fascismos e pelo colapso do "socialismo em alguns países";
- se no mercado mundial todos continuam sendo mais ou menos protecionistas, o protecionismo vitorioso só pode ser aquele que leva ao mercado internacional, vale dizer, à maior dependência das relações com o exterior.
- a indeterminação na economia e os avanços na direção da percepção da economia real como um conjunto complexo, largamente imprevisível e de comportamento, antes de tudo, não-linear;
- o avanço da matemática e das ciências exatas neste campo (física quântica, teoria dos jogos, teoria do caos etc.), que deve servir de alerta para a urgência da construção de uma nova macroeconomia e de uma nova econometria ou, pelo menos (pelo menos!), de novos processos de modelização;⁷
- a necessidade, portanto, de repensar o planejamento estratégico, tanto no setor privado, quanto no setor estatal, inclusive à luz das novas teorias de administração.

É necessário, em quarto lugar, romper com uma certa concepção mecanicista-determinista da economia, que tende a superestimar as possibilidades de uma regulação econômica planejada e racional, graças às ferramentas macroeconômicas e econométricas. Consideremos que é preciso reconhecer:

- o papel do mercado enquanto regulador geral da economia, ainda que isto não signifique subscrever um discurso liberal beato;

É importante, finalmente, compreender os processos em curso não somente como o resultado de forças centralizadoras, unificadoras ou centrípetas, mas também como resultado de forças descentralizadoras, "tribalizadoras" ou centrífugas. Nós já tratamos mais de uma vez deste ponto. Não insistamos sobre ele. Talvez a realidade se situe entre a "aldeia global" e o "*small is beautiful*".⁸ Se isto é verdade, pensemos sobre algumas tendências:

⁷ O que afeta, indiretamente, o conteúdo ideal de disciplinas correlacionadas. PPE, por exemplo.

⁸ Ver Ladislau DOWBOR, "Da globalização ao poder local...", op. cit..

- a globalização e o avanço da democracia significam também revalorização dos espaços regionais, metropolitanos e urbanos; isto abre maiores possibilidades e obrigações para a intervenção dos governos locais, sobretudo prefeituras; na Suécia, são os municípios que controlam 75% das receitas governamentais;
- esta última tendência, os efeitos da revolução tecnológica, o avanço da democracia e outros fatores, permitem uma reorganização da sociedade também na direção de um maior peso do chamado 3º setor (nem estado, nem empresa privada): ONG's, entidades religiosas, fundações, instituições culturais, associações de bairro etc.
- ainda nesse sentido, é possível que se avance para maior autonomia e mais autogestão, no conjunto da sociedade: não só nas Universidades, mas também em outros setores, inclusive na esfera privada.⁹

Tudo isso deve repercutir sobre a importância e o conteúdo de certas disciplinas: economia regional, urbana ou baiana, por exemplo. Mas, além disso, é possível pensar em novos cursos. Por

⁹ Sim, também na empresa privada que, aliás, permanece como um dos espaços menos democráticos da nossa sociedade. Como se diz, a empresa privada - sobretudo no Brasil - pode estar do ponto de vista econômico na era da telemática, mas, do ponto de vista "político" continua sob a monarquia absoluta. A regra ainda é *l'entreprise c'est moi!*

que não um curso "aplicado" de "economia municipal", ou um curso histórico sobre a "economia de Salvador"?

03.2. A Reforma Curricular: dois Caminhos Possíveis

Existem, simplificada, dois caminhos possíveis para a reforma do currículo.

O primeiro privilegia o estoque atual de conhecimentos dos professores da Escola e suas experiências metodológicas. É a estratégia do "partindo do real", que leva em conta sobretudo a nossa "oferta efetiva".

Há
oposi-
ção?

O segundo privilegia as demandas colocadas de um lado pela crise dos nossos paradigmas e, de outro, pelas transformações em curso na economia concreta. É a estratégia do "construindo o currículo ideal", que leva em consideração antes de tudo as demandas de ordem teórica e prática.

Os riscos do primeiro caminho se resumem no seguinte: os professores da FCE-UFBa foram, em sua grande maioria, formados segundo os antigos paradigmas e em realidades econômicas passadas. Uma reforma baseada nas nossas atuais competências tende a nos levar às... nossas atuais competências. Ademais, como vimos, os "estoques de conhecimento" tendem a ter uma meia-vida cada vez menor. O que

Já exist-
tem no-
vos?

nos coloca face à possibilidade de um envelhecimento ainda mais rápido de um "novíssimo" currículo feito a partir do nosso atual "estoque coletivo".

A vantagem do segundo método é que ele coloca mais desafios para os professores. Ele os obriga de saída a maiores esforços de autoformação e à prática da formação permanente. A desvantagem é que ele envolve maiores riscos. Com efeito, a indeterminação também precisa ser levada em conta quando se fala de currículos "ideais". A economia real e a ciência econômica evoluem realmente na direção aparente? Ou tudo não passa de ilusão?

Reconheçamos, em todo caso, que quem não arrisca, também não inova. Os erros podem ser corrigidos se se vê os currículos como estruturas flexíveis, passíveis de modificação e de correção de *rumo* nos momentos em que mudanças se fizerem necessárias.

03.3. Propostas Concretas para uma Formação "Generalista"

Podemos definir formação generalista como aquela que permite a flexibilidade funcional ou, em outros termos, a polivalência. Vimos que esta polivalência tende a ser cada vez menos relacionada a um estoque de conhecimentos determinado. O trabalhador polivalente é aquele que conta com competências duráveis, vale dizer,

com competências sociais. O que se traduz antes de mais nada por determinadas posturas e atitudes. O estoque de conhecimentos ainda tem importância, é claro, mas ele deve ser visto como um "capital de giro" a ser "girado" num período cada vez mais curto.

Uma primeira consequência desses fatos é que uma educação generalista não deve significar simplesmente "aprender um pouco de muitas coisas". Um curso de graduação deve buscar algo mais do que o necessário e indispensável incremento da cultura geral do estudante.

A fórmula é antiga, mas repetamos: é preciso, na graduação, "aprender a aprender". No nosso caso, aprender a aprender economia. É necessário que o estudante entenda:

- as linguagens e os vocabulários utilizados em economia (o economês e seus dialetos);
- os antigos e os novos paradigmas do que nós chamamos de ciência econômica;
- o instrumental básico matemático-estatístico das ciências sociais.

Mas o fundamental é que o estudante obtenha com tudo isso aquilo que Peter Drucker chama de

conhecimento de processos¹⁰, ou seja, no nosso caso, a capacidade:

- de localizar e identificar fontes de dados e informações;
- na ausência dessas, de construir dados e informações;
- de utilizar dados e informações para gerar novo conhecimento;¹¹
- de transmitir o antigo e o novo conhecimento.

Nosso problema central está no fato de que nós estamos - em termos curriculares - mais preocupados com a transmissão de estoques de conhecimento do que com a transmissão do conhecimento dos processos.

Mas o que é um mestre? Um mestre só merece este nome se ele ensina a pescar, com o perdão dos caçadores de obviedades.

Perdoemo-nos, mas pensemos *muito* sobre a questão. Quase que somente em alguns momentos específicos - orientação de monografias e dissertações de mestrado -

¹⁰ Peter DRUCKER, *Sociedade pós-capitalista*, 4ª ed., São Paulo: Pioneira, 1995, p. 156 e seguintes.

¹¹ "Dados são meios de expressar coisas e informação é a disposição dos dados em padrões dotados de significado. Conhecimento é a aplicação e o uso produtivo das informações e, por fim, sabedoria é o uso do conhecimento com discernimento". Ou de modo mais simplificado: notas são dados, música é informação, composição musical é conhecimento. Ver Stan DAVIS & Jim BOTKIN, *op. cit.*, p. 44.

nós nos preocupamos atualmente, na FCE-UFBA, com o ensinar a pescar.

Pescar, navegar, palavras náuticas. *Internautas*. É preciso formar economistas internautas. Economistas "céticos, curiosos e criativos", tudo bem. Mas além disto, economistas capazes de "navegar". Enquanto pilotos e capitães, é claro.

Nós pensamos que isso implica, em se tratando de currículo, pelo menos quatro coisas:

- assegurar aos estudantes uma maior *flexibilidade* também no currículo; ao estudante deve ser garantida a possibilidade de seguir os seus próprios caminhos;
- abrir, por consequência, para o estudante, a possibilidade da escolha, logo, do desenvolvimento das capacidades de *iniciativa* e de *autoformação*;
- garantir, aos estudantes, dessa maneira, uma maior *gratificação* (prazer, tranquilidade) com o processo de aprendizado;
- bloquear, por antecipação, a especialização precoce - mal provocado, como se sabe, pelos vestibulares modelo década de 60, criados para uma outra demografia.¹²

Que quis dizer?

Foi o contrário!

¹² Sobre este ponto, pensemos no seguinte. Nossa geração, classe média nordestina, tem hoje, na média, uma esperança de vida na faixa dos 65/70 anos. Qual é a esperança de vida de nossos atuais alunos? Qualquer coisa por volta

Passemos a um nível mais concreto de propostas.

Nós estamos sugerindo, primeiramente, que o currículo seja encurtado em pelo menos um semestre, vale dizer, qualquer coisa em torno de cinco disciplinas. É preciso reduzir, de saída, o número de disciplinas "mínimas" ou "complementares obrigatórias"¹³. É necessário, ao mesmo tempo, repensar um núcleo duro e enxuto de disciplinas indispensáveis em apenas três áreas: teoria econômica, história econômica e matemática-estatística aplicadas.

Em segundo lugar, estamos propondo a substituição do conceito de "pré-requisito" curricular pelo conceito de *link* (conexão) curricular.

O que nos leva, imediatamente, a repensar a estrutura da nossa atual "grade" (elemento fundamental de prisões e gaiolas). Nós precisamos de um currículo adaptado à era do controle remoto, do *zapper*, do consultor autônomo.

dos 80. E na próxima década, quando nós, professores da FCE-UFBA, tivermos, na média, 50/60 anos? Talvez 90, mesmo numa capital do Nordeste. A especialização precoce é um absurdo, principalmente por isto. O homem ou mulher que viverá 90 anos, em média, poderá produzir e criar durante mais tempo. Por que não começar como economista e terminar como PhD em artes plásticas? A vida continuará uma só para os futuros companheiros de jornada. Que eles curtam mais a vida do que nós, os companheiros... Este não é o ideal de todo utopista, de Fourier à Marx?

¹³ Seria bom, de saída, romper com este tipo de lógica. De fato, o que é "complementar" não deveria ser "obrigatório".

Precisamos de um "hipercurrículo", onde o estudante que se interesse, durante o curso de "Formação Econômica do Brasil", pelo futuro da pecuária nacional, possa transitar, navegar, na sequência, para "Economia dos Agronegócios". Um currículo no formato estrela, com um núcleo de obrigatórias como centro? Um currículo em "hipertexto"? Questões a discutir.

É possível substituir pré-requisitos por *links*? Nós acreditamos que sim e, de saída, pela seguinte razão: o atual sistema de "pré-requisitos" é com frequência completamente formal, ilusório. Muitas vezes os professores de matérias atualmente em sequência nem sequer se conhecem. Que ligação esperar entre os programas das disciplinas que eles ministram? Outras vezes, o conteúdo da matéria pré-requisito se revela insuficiente para a matéria seguinte (caso típico em dobradinhas do tipo matemática/microeconomia). Ademais, com alguma frequência, os conteúdos de matérias supostamente pré-requisito têm muito pouco a ver com as matérias seguintes.

Além disso, não estamos propondo o fim de todo e qualquer pré-requisito. Há sequenciamentos indispensáveis. É importante, de início, que o aluno passe por um núcleo duro (minimizado) de disciplinas básicas, garantindo assim o conhecimento indispensável à arte da "navegação". A solução talvez seja a substituição da atual grade totalmente integrada por

Não entendi o texto!

?

uma estrutura de pequenas sequências, linhas, cadeias de "especialização", que seriam mais ou menos autonomizadas em relação ao conjunto do currículo. Mas esta é outra questão em aberto, a aprofundar na discussão.

Estamos propondo, em terceiro lugar, o fechamento de brechas evidentes no nosso atual currículo, visto que ele desconhece, na prática, áreas cada vez mais importantes para a formação e atuação do economista. De um lado, é preciso pensar novas matérias e novas "cadeias" de matérias. De outro, é indispensável repensar o conteúdo e a localização de matérias já existentes.

Citemos alguns exemplos:

- a questão ecológica não pode continuar a ser relegada ao grupo das optativas, sob a forma de uma matéria "tópica"; a preocupação com a ecologia deve ser incorporada ao conjunto do curso e, para isto, a providência mais elementar deve ser passar uma futura ECO 145 para o núcleo básico de um novo currículo mínimo;
- o comércio exterior, de mercadorias e serviços, é hoje tratado como mero item de um curso de Internacional (ou nem isto); face às perspectivas abertas pela globalização, a valorização desta área é indispensável;
- caso bem mais grave é o da área de Economia de Empresas; um

curso com este nome existe no atual currículo enquanto disciplina optativa (ECO 190), mas vem sendo oferecido de forma extremamente irregular, o que na realidade de hoje é sem dúvida um absurdo; aqui também é possível pensar uma pequena cadeia de disciplinas a partir de Contabilidade e Análise de Balanços e de Organização Industrial, com interfaces possíveis com o Sebrae e outras instituições (por que não uma "economia das microempresas"?);

- cursos como o de Economia Agrária precisam ter seus conteúdos revisados; ECO 197, nesta altura do campeonato, só faz sentido enquanto Economia dos Agronegócios;
- áreas que conhecem importantes transformações, como as de economia dos serviços ou economia do setor público, precisam ser igualmente rediscutidas em termos de disciplinas e conteúdos programáticos.

Estamos sugerindo, em quarto lugar, uma nova relação curricular com o Curso de Mestrado em Economia e com os outros cursos de graduação e, eventualmente, de pós-graduação na UFBA. Por que bons alunos da graduação não podem ser "premiados" com o acesso a certas disciplinas do mestrado, inclusive tendo direito à creditação? Existem cursos do CME sendo abertos com 3 alunos. Enfrentemos a resistência

É o mesmo
tema
como fica?

Aumentar
núcleo!

Aumentar o
significado!

à mudança dos órgãos superiores! Como conseguir mais vagas de eletivas em cursos oferecidos em outras faculdades? Já tocamos neste ponto. Existem uma infinidade de potenciais eletivas não somente em cursos aparentados (administração etc.), mas mesmo em outras áreas (em cursos de agronomia, biologia ou engenharia, por exemplo).

Estamos propondo, em quinto lugar, que atividades como pesquisa (IC, PET etc.) ou estágio (*quando supervisionado*) sejam incorporadas ao currículo. Isto se traduziria inclusive em creditação mais elevada, como incentivo para o estudante que se dispusesse ao aprendizado sob estas formas.

Estamos sugerindo, finalmente, que, no futuro, sejam revisitos os atuais modelos-padrão de cursos. Seria importante também flexibilizar o currículo sob o ângulo da carga horária e da creditação. Por que todas as disciplinas devem ter 60 ou 90 horas de aula e valer 4 ou 6 créditos? Por que todas as disciplinas devem se adaptar aos semestres de 12 semanas ou às aulas de 100 minutos? A quem interessa isto? À didática ou à burocracia administrativa do MEC?

Complicado! e quem vai fazer?

Comentários aos textos
Economistas para uma nova
economia e. Revolução
tecnológica e novos métodos de
ensino

Paulo Balanco

1. Os comentários aqui arrolados devem ser tomados como uma reflexão preliminar e ainda, obviamente, inacabada. Representam uma tentativa sincera de contribuir para a discussão proposta e não necessariamente devem ser encarados como respostas diretas aos argumentos e comentários citados nos textos originais.
2. A etapa presente do desenvolvimento capitalista, chamada, *ad nauseam*, de "globalização", deve ser vista como a forma mais contemporânea do processo de formação de uma taxa geral de lucro no plano do mercado internacional. O capital, sempre, visando ampliar sua concentração e centralização, lançou mão de seu mecanismo natural para atingir tal fim, qual seja, a concorrência. Esta tem em seu interior um mecanismo de inovação endógena/evolucionista não apenas da tecnologia explicitamente ligada à produção, mas também dos métodos e procedimentos organizacionais referentes às atividades administrativas, gerenciais, controles operacionais, planejamento, etc.
3. Continuamente, a utilização de novas tecnologias acentuam a adequação de um número menor de indivíduos que trabalham aos pressupostos do crescimento da acumulação do capital no interior da unidade produtiva, movimento que expressa, por um lado, a busca permanente de taxas de lucro mais elevadas e, por outro, como parte intrínseca do mesmo, a expansão da composição orgânica do capital.

4. Sendo assim, no que respeita à discussão em questão, as estruturas organizacionais das empresas, em meio à competição permanente, também mudam acentuadamente. Porém, verifica-se uma particularidade: a necessidade do trabalho intelectual, ou aquele não diretamente produtivo, decresce mais lentamente. Pode-se dizer que, em termos relativos, a inovatividade implica numa desnecessidade cada vez maior do trabalho manual do que o trabalho intelectual.
5. No que se refere à onda de inovações própria do paradigma tecnológico em sedimentação atualmente, o crescimento do desemprego entre os profissionais de formação universitária não pode ser considerado absolutamente como uma consequência do **conhecimento acumulado** pelos mesmos, aparentemente em descompasso com o ritmo das transformações, mas, sim, deve ser visto como um resultado da reestruturação da produção no capitalismo atual, a qual atinge também o trabalho intelectual. Assim, observa-se o crescimento do desemprego não apenas entre os trabalhadores manuais. Quer dizer, não são apenas os trabalhadores manuais que perdem aceleradamente seus postos de trabalho em função dessa inflexão recente para cima da composição orgânica do capital. Os trabalhadores intelectuais também participam dos gastos do empresário com o capital variável e, sendo assim, estes serão demitidos relativamente à elevação da participação do capital constante em suas atividades, como é o caso da introdução de equipamentos necessários à operacionalização da inovação tecnológica referente ao crescimento do uso da informação e da comunicação.
6. Dessa maneira, diminui os postos para os profissionais que

exercem o trabalho intelectual não porque não dominam as novas informações, mas porque a presença dos mesmos nas empresas representam custos que se tornam incompatíveis com os "novos" padrões de acumulação.

7. Todavia, é exigido dos profissionais que permanecem uma adequação à nova qualidade funcional do capital constante no sentido da viabilização do crescimento da produtividade do trabalho. Isto se expressa por meio de um domínio mais universal de conhecimentos acerca das variadas funções que devem ser exercidas e do processo de tomada de decisões que cada vez mais são delegadas aos que ficam. Verifica-se aí que, à medida que as empresas enxugam seus quadros de profissionais de formação universitária, inversamente, ocorre uma descentralização das responsabilidades conferindo com isso uma relativa autonomia

para os mesmos no que se refere à tomada de decisões.

8. Portanto, relativamente ao economista, este domínio universal já deveria estar implícito, pelo menos parcialmente, em sua formação acadêmica. Mas, o que representa este domínio de conhecimentos para o economista nos dias atuais? Trata-se, a nosso ver, da apreensão, como ela se apresenta contemporaneamente, da economia capitalista como um todo: enquanto gênese e desenvolvimento, leis de funcionamento e reprodução, estruturas de mercado, a lógica do processo inovativo, o caráter da concorrência, as decisões econômicas nos planos macro e micro, o significado da divisão internacional do trabalho e a competição no plano do mercado mundial e as expressões modernas das finanças internacionais.

9. Mais do que nunca, "conhecer" o capitalismo de hoje é pré-requisito fundamental para as empresas atuarem com eficiência no universo da concorrência. Qual a tendência dos mercados? Quais novos produtos podem surgir? Quais as novas áreas de produção no mundo a custos mais baixos? Que decisões macroeconômicas podem ser adotadas pelos governos que afetam os mercados onde a empresa atua? Portanto, em termos curriculares, não seria o caso de elevar a permanência do estudante de economia nas faculdades para que ele possa apreender a totalidade das evidências do capitalismo contemporâneo e obter a chamada "qualificação polivalente" e estar apto a exercer diferentes funções nas empresas?

10. Ao mesmo tempo, a grande preocupação que decorre da "adaptação" da formação profissional do economista às

transformações do mercado vincula-se à possibilidade de engolirmos sem resistência a "pílula" do conceito de "eficiência" proposta pelo neoliberalismo. Como se sabe, o neoliberalismo neste final de século apresenta-se como uma ideologia de terra arrasada, acentuando a necessidade da desigualdade como princípio "econômico" para a ampliação da riqueza. Mas, devemos ter clareza que esta ideologia é um produto efetivo da crise e impasse vivido pelo capitalismo nos dias de hoje, sistema este que cada vez mais se distancia da possibilidade de solucionar os problemas cruciais da humanidade.

11. Dessa maneira, seria irresponsável de nossa parte - professores universitários com grande influência na formação dos valores políticos, éticos e morais de muitos indivíduos que terão influência na sociedade - abirmos mão de princípios humanistas e progressistas em

nome de uma maior eficiência que adviria da "adaptação ao mercado". A formação de "especialistas" em assuntos econômicos não é o mesmo que estimular a existência de profissionais que dominem, pelo menos em parte, o estado atual da ciência econômica como consequência de sua evolução. Assim, não teríamos economistas acéfalos e, ao mesmo tempo, homens cínicos que comunguem sem qualquer crítica do ideal do "egoísmo" ou do aforismo dos "vícios privados, virtudes públicas".

12. A ciência econômica não é acrítica e nem neutra. É por isso que ela foi chamada por muito tempo de Economia Política e não de *Economics*. Assim, a reforma curricular que pode ser efetuada deve acontecer em direção à sua evolução relativamente à própria evolução do modo de produção capitalista. Quer dizer, para melhor compreendê-lo e interpretá-lo e,

a partir daí, permitir aos economistas como, inevitavelmente assalariados em sua grande maioria, propor atitudes e mudanças que procurem também preservar o sentido da palavra "igualdade" e não apenas viabilizar a acumulação do capital que acelere a desigualdade.

13. Contraditoriamente, com o ensino universal, os economistas saídos da FCE/UFBA serão muito mais eficientes para o capital devido à polivalência implícita à sua formação. Entretanto, serão muito mais competentes na defesa dos valores do humanismo e na defesa de sua própria condição de trabalhadores assalariados, que, neste sentido, não se diferencia de um operário, motorista, porteiro, varredor etc.